



A propriedade e o direito autoral em tempos digitais. Uma discussão

Pedro Paranaguá

Direitos autorais são bens não-escassos

Pablo Ortellado

O conhecimento é patrimônio comum
da humanidade

Ângela Kretschmann

Contracultura atual: o que interessa
é a “cultura livre”

E mais:

>> **Élida Azevedo Hennington:**
“Ato médico: na contramão da
saúde coletiva”

>> **Keith Ward:**
Tanto a fé quanto a razão são
necessárias

Propriedade e direito autoral em tempos digitais



A época de grandes mutações que vivemos, caracterizada pela era digital, traz consigo uma mudança radical no conceito de propriedade. Ainda tem sentido falar em direito autoral, copyright e propriedade intelectual no universo do conhecimento, patrimônio comum da humanidade?

As **Notícias do Dia**, atualizadas de segunda a segunda, e publicadas na página eletrônica do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, têm abordado este tema. Recentemente, foi publicada uma instigante entrevista com **Sergio Amadeu**, professor na Faculdade Cásper Líbero e consultor do Instituto Campus Party, intitulada “O mundo mudou e com ele as formas de propriedade também mudaram”.

A **IHU On-Line** desta semana retoma o tema com as contribuições de **Pedro Rezende**, professor de Ciência da Computação da UnB, **Pedro Paranaquá**, professor da FGV-Rio, **Marcelo Branco**, diretor do Campus Party Brasil, **Pablo Ortellado**, professor da USP e **Ângela Kretschmann**, professora da Unisinos.

Na próxima quinta-feira, dia 10 de dezembro, **Dia Internacional dos Direitos Humanos**, será inaugurada a **Sala Ignacio Ellacuría e companheiros**. A Unisinos, numa promoção do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, encerra, dessa maneira, a celebração da memória do martírio dos seis jesuítas, professores e pesquisadores da Universidade Centro-Americana “Simeón Cañas”, e duas mulheres, barbaramente trucidados, há 20 anos em San Salvador. O “memorial” que pode ser consultado na página eletrônica do IHU, é enriquecido com a entrevista de **Cecília Santiago**, professora de Psicologia na Universidad de La Tierra, no México.

A polêmica aprovação do assim chamado Ato Médico, tema de capa da revista **IHU On-Line**, numa das edições de 2004, é discutido em duas entrevistas que podem ser consultadas nas páginas desta edição.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Pedro Paranaguá: Direitos autorais são bens não-escassos

PÁGINA 08 | Pedro Rezende: As lutas pela liberdade ao conhecimento e pela liberdade ao capital

PÁGINA 12 | Marcelo Branco: Uma grande mudança de paradigma com a internet

PÁGINA 14 | Pablo Ortellado: O conhecimento é patrimônio comum da humanidade

PÁGINA 16 | Ângela Kretschmann: Contracultura atual: o que interessa é a “cultura livre”

B. Destaques da semana

» Livro da Semana

PÁGINA 24 | Keith Ward: Tanto a fé quanto a razão são necessárias

» Entrevistas da Semana

PÁGINA 26 | Cecília Santiago: A psicologia da Libertação segundo Ignacio Martín-Baró

PÁGINA 28 | Marçal Paredes: “Os Sertões é uma obra matricial para pensarmos a cultura brasileira”

PÁGINA 32 | Gil Lúcio Almeida: “Enquanto o Governo alimentar a indústria da doença o SUS será apenas uma grande ideia”

PÁGINA 34 | Élide Azevedo Hennington: Ato médico: na contramão da saúde coletiva

» Coluna do Cepos

PÁGINA 36 | Luís A. Albornoz: Espanha: mídia e responsabilidade social

» Destaques On-Line

PÁGINA 38 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» IHU Repórter

PÁGINA 41 | Adevanir Aparecida Pinheiro



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Direitos autorais são bens não-escassos

“O direito autoral não é uma propriedade tradicional. Direito autoral é composto por bens não-rivais. Ou seja, ao contrário da propriedade material, tradicional, o meu uso, usufruto ou gozo, não exclui o uso de outros”, afirma o mestre em direito da propriedade intelectual

POR GRAZIELA WOLFART

“**D**ireito autoral não é uma propriedade tradicional. Direito autoral é composto por bens não-rivais. Ou seja, ao contrário da propriedade material, tradicional, o meu uso, usufruto ou gozo, não exclui o uso de outros”, afirma o professor Pedro Paranaguá, em entrevista concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. E ele continua explicando: “Direitos autorais deveriam ser tratados de forma diferente da propriedade material tradicional. Não tem como falar em roubo de algo imaterial. Roubo de uma música. Pode-se falar eventualmente de utilização sem autorização, mas não de roubo. Por quê? Porque roubo ou furto implica a subtração de algo, de outra pessoa. No direito autoral, o autor ou o titular da obra continua tendo o bem, afinal é um bem não-rival”. Afinal, segue ele, “os direitos autorais servem para incentivar a criatividade e a disseminação de entretenimento e cultura. Não o controle. Portanto, temos de pensar se os direitos autorais têm servido para esses fins (criação e disseminação) ou se têm sido utilizados para manter o *status quo* e o modelo de negócio de poucos (porém poderosos). Parece ser necessário um maior equilíbrio, com remuneração não apenas à indústria autoral, mas também aos autores, bem como uma efetiva disseminação cultural e benefício para os consumidores finais”. E dispara: “A liberdade de expressão é condição essencial para uma sociedade livre, igualitária e rica culturalmente. No momento em que leis de direitos autorais passam a limitar tais expressões, algo está errado”.

Pedro Paranaguá é mestre em direito da propriedade intelectual pela Universidade de Londres e doutorando na mesma área na Universidade de Duke, Estados Unidos. É professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV-Rio e autor dos livros *Direitos Autorais* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009) e *Patentes e Criações Industriais* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre o compartilhamento de arquivos pela Internet? Que comportamento social essa iniciativa evidencia?

Pedro Paranaguá - O compartilhamento via redes *peer-to-peer* (P2P)¹ é uma tecnologia incrível para a troca de arquivos. É muito eficiente e muito mais rápida. Isso encurta as distâncias e elimina consideravelmente custos na distribuição. Elimina, junto, o papel de intermediários (distribuidores). As redes P2P nasceram no meio acadêmico, para troca de pesquisas científicas.

¹ **Peer-to-Peer** (do inglês: par-a-par), entre pares, é uma arquitetura de sistemas distribuídos, caracterizada pela descentralização das funções na rede, onde cada nó realiza tanto funções de servidor quanto de cliente. (Nota da IHU On-Line)

cas. Hoje, como todos sabem, é muito utilizada também para troca de arquivos protegidos por direitos autorais. Por um lado, pode gerar dor de cabeça para a indústria do conteúdo, afinal de contas, ameaça o tradicional modelo de negócio da indústria do entretenimento. Por outro lado, é um inegável avanço tecnológico, além de gerar bem estar social, conforme comprovado empiricamente por recentes pesquisas econômicas da Universidade de Maastricht, bem como em outro estudo independente feito por encomenda do governo holandês.

IHU On-Line - O que muda em relação ao conceito de propriedade e de direito autoral com as novas tecnolo-

gias e com a Internet?

Pedro Paranaguá - Esta questão é importantíssima. Por isso começo com uma historinha para ilustrar: se temos um celular e duas pessoas, enquanto uma delas utiliza o celular, a outra não pode usá-lo, tem de aguardar. Se temos a música *Stairway to Heaven* e duas pessoas (ou mil pessoas), elas poderão escutar a música ao mesmo tempo (ainda que em lugares ou até mesmo países diferentes). O que isso significa? Que direito autoral não é uma propriedade tradicional. Direito autoral é composto por bens não-rivais. Ou seja, ao contrário da propriedade material, tradicional, o meu uso, usufruto ou gozo, não exclui o uso de outros. Tal como no caso do celular.

Além disso, direitos autorais são bens não-escassos. Ou seja: o uso contínuo do bem não o diminui, não o desgasta. Portanto, direitos autorais deveriam ser tratados de forma diferente da propriedade material tradicional. Não tem como falar em roubo de algo imaterial. Roubo de uma música. Pode-se falar eventualmente de utilização sem autorização, mas não de roubo. Por quê? Porque roubo ou furto implica a subtração de algo, de outra pessoa. No direito autoral, o autor ou o titular da obra continua tendo o bem, afinal é um bem não-rival. Além disso, você nunca vai perder a propriedade do seu celular, do seu carro ou da sua casa depois de X anos. Já o direito autoral, apesar das várias extensões recentes, tem prazo limitado, o que a propriedade tradicional não tem. A suprema corte alemã, acertadamente, entende que direitos autorais não são uma propriedade tradicional, mas sim um tipo (diferente) de propriedade. As novas tecnologias evidenciaram mais ainda esses fatores de não-rivalidade e não-escassez. O mundo digital mostra que uma cópia ou mil cópias podem ser idênticas, muito baratas e, ainda por cima, não exclui o uso de terceiros.

IHU On-Line - Qual sua visão sobre a pirataria e como ela se contrapõe à questão da propriedade intelectual?

Pedro Paranaguá - Eu prefiro o termo cópia não autorizada. O termo “pirataria” tem cunho emocional e ideológico muito fortes. Remete aos saqueadores (às vezes sanguinários) que eram financiados pela coroa inglesa para subtrair bens de nações vizinhas. Como eu disse acima, a cópia de uma música, ainda que não autorizada, por exemplo, não constitui subtração, portanto, não é roubo ou furto, no sentido estrito da palavra. Não estou, em hipótese alguma, incentivando a cópia ilegal. Mas é preciso diferenciar a retórica propagandista dos fatos reais. Não creio que a cópia não autorizada se contraponha, necessariamente, aos direitos autorais. Temos exemplos crescentes de indústrias milionárias que se baseiam na cópia (não autorizada). **A cena musical do tecnobrega,²**

² O Tecnobrega é um gênero musical popular do estado do Pará, surgido no verão paraense

“O mundo digital mostra que uma cópia ou mil cópias podem ser idênticas, muito baratas e, ainda por cima, não exclui o uso de terceiros”

de Belém do Pará, é um grande exemplo. DJs de estúdio fazem a cópia sem autorização. Depois, outros DJs conduzem suas festas com aparelhagem eletrônica também sem autorização. Os camelôs fazem a distribuição, também sem autorização. No final, os artistas saem beneficiados, tamanha a divulgação feita. Seus shows atraem milhares de pessoas. Um modelo de negócio novo, sem se basear nos direitos autorais, e que gera, literalmente, milhões de reais. O cinema nigeriano, conhecido como Nollywood, gera mais de um milhão de empregos e é o que mais produz filmes no mundo, à frente da Índia e dos EUA. Tudo isso filmado em alta definição e distribuindo filmes através de camelôs, a preços acessíveis. Portanto, eu diria que é mais uma questão de modelo de negócio, de manutenção do *status quo*, do controle (da distribuição, cópia e compartilhamento), do que exatamente uma questão de ilegalidade. Enquanto uns olham com bons olhos, outros não têm gostado muito. Claro que é preciso encontrar uma alternativa para que todos sejam devidamente remunerados e para que o público consumidor seja beneficiado (com preços acessíveis).

IHU On-Line - Quais os principais temas de debate hoje quando o assunto é troca de informações via rede

(que ocorre nos meses de junho, julho e agosto) de 2002. Tem como característica festas das aparelhagens com DJ's, produtores caseiros e vendas alternativas de CD's através de camelôs, para uma difusão mais rápida das músicas e de acordo com o artista. Mistura ritmos como carimbó, siríá, lundu e outros gêneros populares como o calipso ribeirinho além de guitarradas, sintetizadores e batidas eletrônicas. (Nota da IHU On-Line)

digital?

Pedro Paranaguá - Creio que haja ao menos dois temas essenciais atualmente. Um é a negociação secreta de um tratado internacional (o ACTA) entre países ricos para enrijecer (ainda mais) as leis de direitos autorais e, inclusive, como alguns têm dito, cortar a conexão de Internet, caso cópias não autorizadas sejam feitas. A França tem encabeçado tal iniciativa no âmbito nacional, ao passo que EUA e União Europeia têm exercido grande influência na esfera internacional. O outro tema é uma solução inteligente para a questão. A cobrança de um valor fixo, mensal, de usuários de Internet banda larga que queiram compartilhar arquivos protegidos por direitos autorais e que concordem em pagar um valor fixo mensal para compartilhamento ilimitado e sem restrições tecnológicas que limitem ou impeçam a cópia ou o uso das obras em qualquer hardware (iPod, Zune etc.) ou software (Windows ou Mac ou GNU/Linux etc.). Desde 2002, há propostas nesse sentido, incluindo de professores de Harvard ou, mais recentemente, de estudos independentes. As redes P2P seriam legalizadas para quem concordasse entrar no sistema. Alguns provedores de Internet mundo afora já têm disponibilizado sistemas semelhantes, mas normalmente com travas anticópia ou via modelos que não são tão atraentes para consumidores. A questão é: devem-se gastar milhões com lobby nos Congressos? Processando os próprios consumidores e fãs? (aliás, para onde vai o dinheiro das indenizações? Para os artistas?) Indo contra a corrente do avanço tecnológico? Ou será que faria mais sentido utilizarmos a tecnologia para aumentar os lucros, beneficiar os consumidores e engrandecer o ambiente cultural?

IHU On-Line - Considerando a articulação direta entre os cidadãos pelas redes virtuais, como fica a situação de instituições como imprensa, partidos políticos e indústria fonográfica, por exemplo?

Pedro Paranaguá - A maioria dos países, pelo menos democráticos, garante a liberdade de expressão de seus cida-

“O Twitter tem uma força de multiplicação instantânea incrível - tanto é que até mesmo as grandes corporações passaram a utilizá-lo”

dãos. E a Internet veio potencializar isso tudo. Cidadãos passam a ser jornalistas, “blogueiros”, seja em *websites* próprios, seja contribuindo diretamente com a grande mídia, enviando relatos, fotos etc., como faz a BBC, *O Globo*, *Estadão* e praticamente todos os principais veículos. Quanto à indústria fonográfica, é interessante porque os próprios consumidores ou fãs podem passar a ser o canal de distribuição e de marketing da indústria através de redes P2P. Tudo isso sem custo algum para a indústria. Por que a indústria não aproveita essa grande oportunidade? Por que ela não cria um site bacana, sem “spoofing” (arquivos que a indústria envia para as redes P2P com arquivos falsos, vírus etc.), sem DRM (travas anticópia), com visual atraente, com sistema de busca inteligente, ou faz uma parceria com provedores de Internet banda larga e oferece compartilhamento (*download* e *upload*) ilimitado a preço acessível? Há diversos estudos mostrando que o valor cobrado poderia ser baixo, atraente, como US\$ 5 nos EUA. No Brasil, poderia (deveria) ser mais atraente, compatível com a renda local. Por que não?

IHU On-Line - As redes sociais virtuais podem ser um espaço de mobilização social coletiva, capaz de provocar mudanças reais significativas?

Pedro Paranaguá - Sem dúvida. Veja o caso das recentes eleições no Irã. Por mais que, infelizmente, não tenham conseguido garantir o direito dos cidadãos, ao menos o mundo inteiro ficou sabendo as atrocidades que lá ocorreram logo após as eleições. Tudo através de Facebook, Twitter,³ blogs etc. (desviando do bloqueio feito pelo governo iraniano). O mundo inteiro assistiu a tudo. O mesmo com o governo totali-

tário de Burma, que mata não apenas cidadãos, mas monges budistas. Tudo é filmado por cidadãos-jornalistas e enviado para a Suécia, que depois edita e repassa para a BBC e o mundo inteiro. O Twitter tem uma força de multiplicação instantânea incrível - tanto é que até mesmo as grandes corporações passaram a utilizá-lo.

IHU On-Line - Qual a importância de garantir a livre disseminação da cultura numa sociedade que se baseia cada vez mais em informação? Quais os desafios para se alcançar essa postura?

Pedro Paranaguá - A liberdade de expressão é condição essencial para uma sociedade livre, igualitária e rica culturalmente. No momento em que leis de direitos autorais passam a limitar tais expressões, algo está errado. Não sou eu apenas que falo isso. Em programas de Direito das melhores universidades do mundo o tema liberdade de expressão e direitos autorais ocupa papel importantíssimo. Afinal, os direitos autorais servem para incentivar a criatividade e a disseminação de entretenimento e cultura. Não o controle. Portanto, temos de pensar se os direitos autorais têm servido para esses fins (criação e disseminação) ou se têm sido utilizados para manter o *status quo* e o modelo de negócio de poucos (porém poderosos). Parece ser necessário um maior equilíbrio, com remuneração não apenas à indústria autoral, mas também aos autores, bem como uma efetiva disseminação cultural e benefício para os consumidores finais.

LEIA MAIS...

>> Pedro Paranaguá já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

* *Direito à propriedade intelectual*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 09-05-2007 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=7004

Acesse as Notícias do Dia.

www.ihu.unisinos.br

³ Sobre as redes sociais virtuais leia a revista IHU On-Line número 290, de 20-04-2009, intitulada *Twitter, Facebook, MySpace e Orkut. As redes sociais na web* e disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br//index.php?id_edicao=318 (Nota da IHU On-Line)

As lutas pela liberdade ao conhecimento e pela liberdade ao capital

Para o bem ou para o mal, esta sociedade está marcada pelos valores de uma moral utilitarista, de uma ideologia consumista e de uma ética hedonista. Em suma, pelo signo da gratificação instantânea, acredita o professor de Ciência da Computação na UnB, Pedro Rezende

POR GRAZIELA WOLFART

“ **A** crescente radicalização normativa do conceito de propriedade, mormente nos regimes jurídicos das patentes e do direito autoral, segue a lógica desse anseio utilitarista pela tutela dos bens simbólicos, que para mim é a característica principal da sociedade da informação. Muito mais do que o volume ou o fluxo de informações disponíveis: se essa informação em si fosse riqueza, material ou moral, viciados em internet seriam bilionários”. A opinião é do professor Pedro Rezende, na entrevista que segue, concedida, por e-mail, para a IHU On-Line. Ao refletir sobre os impactos da Internet e das tecnologias digitais em nossa sociedade, o professor da UnB entende que “num momento de reacomodação das fronteiras de eficácia e de eficiência entre competição e cooperação (...) as oportunidades se multiplicam e podem frutificar com abundância, como mostra a evolução do software livre. Mas talvez só frutifiquem positivamente, no plano individual, enquanto não for crime produzir colaborativamente, com autonomia de interesses e por iniciativa própria. Pois o tal livre mercado, a pretexto de preservar essa possibilidade, parece determinado a empurrá-la à criminalidade, enquanto segue sua lógica material e concentradora”. Rezende ainda identifica que “foi com a bandeira do conhecimento livre que a educação formal ganhou e cumpriu, desde a Renascença, um papel importante na evolução da nossa civilização, que é o de alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Pedro Antônio Dourado de Rezende é bacharel e mestre em Matemática pela Universidade de Brasília. No vale do silício, trabalhou com controle de qualidade do sistema operacional Macintosh na Apple Computer, com sistemas de consulta a bases de dados por voz digitalizada na DataDial, e com as primeiras aplicações de hipertexto, precursoras da web, desenvolvendo HyperCard stacks para Macintoshes. Seus interesses profissionais incluem o estudo de métodos formais para análise e projeto de protocolos criptográficos. Atualmente é professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília - UnB, onde tem lecionado, desde 1990, teoria da computação, teoria dos grafos, linguagens formais, linguagens de programação, compiladores, organização de hardware e software, criptografia e segurança de dados, informática e sociedade, entre outras disciplinas, e exercido os cargos de coordenador do bacharelado em Ciência da Computação, do Laboratório de Informática, e do ensino básico de programação. É co-autor do livro *Burla Eletrônica* (Rio de Janeiro: Instituto Alberto Pasqualini, 2002), sobre vulnerabilidades do sistema eleitoral informatizado em uso no Brasil. Sua página pessoal na Internet é <http://www.cic.unb.br/~pedro/>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as principais transformações que a Internet tem provocado na sociedade? O que de mais significativo muda nas relações sociais?
Pedro Rezende - A Internet inaugura uma forma inédita de comunicação entre máquinas em rede, baseada em protocolos digitais descentralizados

e abertos, estratificados e independentes entre si, o que possibilita inúmeras novas formas de comunicação entre pessoas e instituições conectadas, de natureza horizontal e de alcance global. Quando disseminadas, essas novas formas de comunicação provocam transições sociotécnicas,

ou seja, transformações nas relações e nas interações que formam a sociedade, realimentando inclusive a própria evolução das tecnologias digitais, das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). A maneira como o dinheiro hoje circula, de forma virtual no atacado, é um exemplo disso. De

mais significativo, as transições socio-técnicas alteram as relações de poder, projetando a natureza política, instrumental e estratégica das TIC. E a política se realiza, basicamente, através de processos normativos que buscam estabelecer e fazer valer costumes, normas e leis. Daí porque tanta discussão hoje sobre “regras para a Internet” e cibercrime. Com a Internet, as relações de poder vão sendo alteradas, principalmente, por deslocamentos nas fronteiras de eficácia ou de eficiência entre cooperação e competição. Alavancas de dominação se formam, como mostra Lawrence Lessig no seu livro *Code is Law*, pelo controle das configurações e das operações de uso das TIC, e pelo dirigismo em processos legislativos destinados a obrigar usos sob tais controles, ou a coibir usos que deles escapem.

IHU On-Line - Que rumos nossa sociedade está tomando a partir da concepção de que o conhecimento é livre, de que mudou a ideia de propriedade na era digital?

Pedro Rezende - Rumos só se revelam em perspectiva. Então, recuemos no tempo. A liberdade e o direito de conhecer sempre estiveram no centro da luta entre as duas naturezas humanas, animal e espiritual, desde nossas origens míticas. A concepção moderna do conhecimento como algo que deve ser livre, vem do Iluminismo, e foi resgatada da última aventura global pelo totalitarismo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 48. Todavia, como a História tende a mover-se pendularmente, vemos agora esse direito universalizado sendo novamente atropelado. Na transição sociotécnica atual, quem está tentando mudar a “ideia de propriedade” não são os defensores desse direito na esfera digital, pelo contrário. São os interesses corporativos e institucionais que querem anulá-lo, na sua luta por dominância, frente às alterações nas relações de poder provocadas pela disseminação e convergência das TIC. Fazer parecer o contrário, pintar os cavalos dessa batalha como se o conhecimento livre fosse inimigo da propriedade, como se a ideia de propriedade fosse natural e auto-

“Com a Internet, as relações de poder vão sendo alteradas, principalmente, por deslocamentos nas fronteiras de eficácia ou de eficiência entre cooperação e competição”

maticamente extensível ao imaterial, como se a liberdade em meio digital violasse essa extensão, é base da sua estratégia. Esses interesses veem a evolução tecnológica como oportunidade para mais sinergia entre eles, para mais controle hegemônico capaz de alavancar seus poderes, como bem descreve o filósofo Paul Virilio.¹

Tais interesses veem a outra face dessa sinergia, aquela que a Internet propicia aos que buscam livremente o conhecimento, como ameaça a seus modelos de negócio e de gestão do poder. Pintam-na como ameaça contra toda a ordem social, e usam-na para camuflar a sua cobiça, apelando ao medo insuflado e à própria cobiça de cada um. Mas se, como prega sua ideologia, é o mercado que tem antes que ser livre, e é papel primordial do Estado o de proteger esta liberdade, então são os seus modelos negociais e políticos que deveriam evoluir, re-

¹ Paul Virilio: urbanista e filósofo francês, nascido em 1932. Estuda e critica efeitos perniciosos da velocidade nas relações sociais contemporâneas, desde os seus reflexos no processo cognitivo até suas implicações na política. É autor, entre outros, de *Guerra Pura* (São Paulo: Brasiliense, 1984); *O espaço crítico* (Rio de Janeiro: Editora 34, 1993); *A máquina de visão* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1994); *Velocidade e Política* (São Paulo: Estação Liberdade, 1996); *A bomba informática* (São Paulo: Estação Liberdade, 1999) e *Ville panique* (Paris: Galilée, 2004). Reproduzimos duas entrevistas com Virilio sobre o seu livro *Ville Panique*, uma na 108ª edição da IHU On-Line, de 05-07-2004, outra na 136ª edição, de 11-0-04-2005. Dele, também publicamos outra entrevista na 95ª edição da IHU On-Line, de 05-04-2004. (Nota da IHU On-Line)

adaptando-se às novas formas e relações de poder. Porém, esses interesses parecem antes alinhar-se numa luta mortal pela sobrevivência de seus modelos, coordenada por controladores financeiros. Eles preferem readaptar os pontos cegos da sua ideologia, ao invés dos seus modelos arcaicos, haja vista o que revela a crise econômica atual. Nessa luta, as principais táticas que empregam são a radicalização progressiva do conceito de propriedade, o controle estatal para impô-la seletivamente a ferro e fogo, a depreciação do conceito de bem público e a fusão dos negócios com o mando político. Então, penso que os rumos da nossa sociedade serão definidos pelo desfecho desta luta.

IHU On-Line - Como o senhor caracteriza a sociedade do conhecimento, ou a sociedade da informação? Quais são os valores dessa sociedade?

Pedro Rezende - Recorro ao jurista Eben Moglen,² da Universidade de Columbia. Nesta sociedade, as atividades produtivas mais importantes não ocorrem mais em fábricas, nem mais por iniciativa individual, mas em comunidades conectadas por software. Daí a importância do software como infraestrutura fundamental para a economia pós-industrial. Essa importância não é pelo software em si ser um tipo de bem valioso, o que é verdade, nem é pelo fato do software intermediar a produção de atividades úteis, o que também é verdade. É pelo fato dele prover meios alternativos e eficientes de produção, transformação e transporte de bens de natureza simbólica, inclusive do próprio software. Desses bens simbólicos, os mais valiosos são os que intermediam fluxos de bens essenciais, principalmente bens materiais de demanda inelástica. Como as moedas internacionalmente aceitas. Bens simbólicos se distinguem de bens materiais por não lhes tocarem a escassez natu-

² Eben Moglen: professor de Direito e de História do Direito na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e o fundador, diretor-conselheiro e presidente do Software Freedom Law Center, que presta serviços jurídicos a numerosos clientes, como a Free Software Foundation. (Nota da IHU On-Line)

ral; em economês: por terem custo marginal irrisório, ou por serem não-rivais. No capitalismo tardio, concentradores financeiros controlam os meios de produção de bens essenciais. É lógico, portanto, que eles vejam como necessário, para a manutenção desse controle em sociedades informatizadas, estender o conceito jurídico de propriedade para poderem tutelar o usufruto de bens simbólicos. Nessa tutela, além das moedas, a do software também é estratégica. Pois software, como diz o professor Gustavo Torres, são próteses do pensamento. Ele molda a percepção humana na esfera virtual, onde o dinheiro e o conhecimento hoje mais circulam. Não é à toa que o fornecedor dominante de software trata seus clientes como inquilinos de suas próprias máquinas. A crescente radicalização normativa do conceito de propriedade, mormente nos regimes jurídicos das patentes e do direito autoral, segue a lógica desse anseio utilitarista pela tutela dos bens simbólicos, que para mim é a característica principal da sociedade da informação. Muito mais do que o volume ou o fluxo de informações disponíveis: se essa informação em si fosse riqueza, material ou moral, viciados em Internet seriam bilionários.

Hoje, essa radicalização permite explorar incertezas nos limites do cerceamento jurídico em torno de ideias e expressões criativas, e miragens da proprietarização do conhecimento como fonte de riqueza coletiva inegotável. Tal exploração atinge não só as trocas simbólicas, mas também os mercados de sementes, de remédios, de bens culturais. Transgênicos ou não, tradicionais ou não, coletivos ou não. O efeito prático disso é gerar escassez artificial de bens imateriais para neutralizar efeitos dissipativos que a hiperconectividade provoca em concentrações de renda. Mas, quando sua eficácia se esvaia, talvez atropelada pela vindoura escassez de insumos materiais, tal radicalismo poderá servir a outros fins. Como outrora serviu ao nazi-fascismo, conforme explica a socióloga Walquiria Rego,³ da Uni-

3 Walquiria Leão Rego: professora titular do

camp. Para o bem ou para o mal, esta sociedade está marcada pelos valores de uma moral utilitarista, de uma ideologia consumista e de uma ética hedonista. Em suma, pelo signo da gratificação instantânea.

IHU On-Line - Em que medida a área da educação acaba atingida pelo universo do conhecimento livre?

Pedro Rezende - Ela acaba atingida indiretamente, depois de crescer nele. Foi com a bandeira do conhecimento livre que a educação formal ganhou e cumpriu, desde a Renascença, um papel importante na evolução da nossa civilização, que é o de alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse papel, ela nos trouxe,

“Bens simbólicos se distinguem de bens materiais por não lhes tocarem a escassez natural”

dentre outros frutos, a revolução industrial e a revolução digital, que, por sua vez, acabou precipitando o fim da era industrial. Na era pós-industrial, o neoliberalismo passa a combater ferozmente essa bandeira, sob o verniz ético-moral do utilitarismo, face à consequente crise do capitalismo tardio. É a forma que essa ideologia encontra de seguir produzindo escassez artificial de bens imateriais, rumo à miragem do perpétuo crescimento econômico. Ela quer nos vender um sonho de loteria, o da produção intelectual como fábrica de dinheiro; e muitos caem nessa, dispostos a pagar pelo bilhete com a sua liberdade de acesso ao saber alheio útil acumulado. A História pode então seguir mais um movimento pendular, onde a educação volta a ser um instrumento de controle social, onde seu papel volta a ser o de adestrar as massas numa visão dogmá-

Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. (Nota da IHU On-Line)

tica de mundo e num enrijecimento da divisão geopolítica do trabalho e da produção. Vemos o cerco deste combate na agenda política que busca forçar os Estados, começando pela periferia do capitalismo, a abrir mão desta sua missão, de guiar e prover o processo da educação formal. Nas democracias modernas, a educação formal é tida como função do Estado devido ao seu papel principal, que tem sido o de preservar e retransmitir valores e saberes que mantêm a coesão social. E essa agenda busca transformar a educação formal em mais um mercado selvagem, com o mínimo de regulação e de fronteiras, e com o máximo de conversão em dividendos políticos, na irrefreada fusão dos negócios privados com o poder público.

IHU On-Line - O que muda no mundo do trabalho, no conceito de trabalho a partir da internet e do conhecimento livre?

Pedro Rezende - Creio que a mudança mais notável, como já frisei antes, é a sinergia que a Internet propicia aos que buscam livremente o conhecimento. Num momento de reacomodação das fronteiras de eficácia e de eficiência entre competição e cooperação, como o que estamos vivendo, as oportunidades se multiplicam e podem frutificar com abundância, como mostra a evolução do software livre. Mas talvez só frutifiquem positivamente, no plano individual, enquanto não for crime produzir colaborativamente, com autonomia de interesses e por iniciativa própria. Pois o tal livre mercado, a pretexto de preservar essa possibilidade, parece determinado a empurrá-la à criminalidade, enquanto segue sua lógica material e concentradora.

IHU On-Line - Qual a pertinência de discutir a questão da propriedade intelectual e do direito autoral no mundo da Internet, onde o conhecimento se constrói coletivamente?

Pedro Rezende - Esta questão é interessante pelos possíveis desdobramentos. A luta que mencionei antes, que define os rumos da sociedade da informação, é uma luta por corações e mentes, essencialmente. En-

tre os que lutam pela liberdade ao conhecimento, e os que lutam pela liberdade ao capital. Nela, porém, muitos se confundem ou se perdem entre sentimento e razão. E, flagrados em distopias ou emaranhados em contradições, atiram a esmo. Pois, a questão abarca um feitiço juridiquês, figura de linguagem estranha, tanto oximoro quanto sinédoque. Essa figura em questão não é nem conceito, pois, o que define seria uma contradição performativa. É uma justaposição de dois conceitos antagônicos: propriedade, que é outorga de privilégios individuais exclusivos para posse e usufruto e gozo; e intelecto, que desde o latim pré-cristão significa ação do entendimento. A propriedade restringe algo a um só, enquanto o intelecto para existir precisa compartilhar o algo. A Internet forma o último campo de tensionamento entre esses dois conceitos. Para uma disputa política esclarecida entre os interesses envolvidos, é preciso então separá-los. É preciso revisitar o direito autoral em sua origem, como armistício negociado que foi, antes do feitiço pegar. Para que a Internet continue a prestar-se ao que veio, é preciso renegociar esse armistício com base nas novas fronteiras. É preciso separar o direito autoral desse ouro-de-tolo, dessa impertinente ensabação que empurra a agenda de radicalização normativa de quem descabe em sua cobiça. Pois, caso contrário, seremos enganados por uma miragem coletiva a qual profecias bíblicas possivelmente se referem como “operação do erro”.

IHU On-Line - Quais os maiores desafios e pontos mais polêmicos hoje na área da segurança computacional?

Pedro Rezende - Em minha opinião, os maiores desafios estão em entender o que é confiança. Para sabermos quando, como e onde, na esfera digital, ela ocorre ou é demandada, por quem e a respeito do quê. Para sabermos avaliar melhor os riscos, identificar as ameaças e os conflitos de interesse a que nos expomos com a virtualização das práticas sociais, em meio ao fascínio coletivo com as

“Não é à toa que o fornecedor dominante de software trata seus clientes como inquilinos de suas próprias máquinas”

tecnologias digitais. Para termos boas estratégias de defesa, locais e sistêmicas, para médio e longo prazos. Já os pontos mais polêmicos dizem respeito ao foco da proteção. Dados só informam quando comunicados, voluntariamente ou não. E a comunicação tem dois interlocutores, que podem até ser o mesmo agente em tempos distintos. Mas nem sempre os interesses dos interlocutores a respeito desses dados se alinham. Dentre muitos casos emblemáticos, por brevidade, cito a recente criação do blog corporativo da Petrobrás, e seu motivo como exemplo. Segurança, como diz o criptógrafo Bruce Schneier,⁴ é, ao mesmo tempo, um processo de riscos e probabilidades, e um teatro de percepções e sentimentos. Quando há conflitos de interesse entre interlocutores, “segurança da informação” deixa de fazer sentido, apesar de ser o termo habitual de quase todos para se referirem ao processo. Mas, quando há conflitos desse tipo, esse hábito leva a confusões entre o processo e o teatro da segurança. Nesses casos, o foco da proteção nos dados, e não nos interesses, ofusca conflitos e empoderamentos, que só beneficiam os que disso se locupletam. Os quais, via de regra, são os que controlam o uso das tecnologias intermediadoras.

IHU On-Line - Qual a importância

⁴ Bruce Schneier (1963): é um criptógrafo estadunidense, especialista em segurança computacional e escritor. É autor de muitos livros sobre segurança computacional e criptografia e é fundador e chefe de tecnologia da BT Counterpane (“Counterpane Internet Security, Inc.”) (Nota da IHU On-Line)

da criptografia para a questão das mudanças na ideia da propriedade com a era digital?

Pedro Rezende - Em rede aberta, como a Internet, a única coisa que a criptografia pode fazer é traduzir o problema da identificação de interlocutores que desejam, através da rede, comunicar-se em privado ou com garantias de integridade, seja da origem ou do conteúdo dos dados, para o problema da distribuição de certificados-raiz, para o da custódia de chaves privadas, e para o da integridade das plataformas onde chaves criptográficas operam. E os problemas traduzidos, conforme explico em “Modelos de Confiança” (www.cic.unb.br/~pedro/trabs/modelos_de_confianca.pdf), só terão solução eficaz em situações onde haja um canal de confiança entre os interlocutores que seja adequado ao objetivo e ao método de proteção escolhidos, e que lhes esteja disponível tempestivamente. Qualquer agregado de procedimentos e mecanismos de segurança digital, como, por exemplo, uma ICP (Infra-Estrutura de Chave Pública), não pode proteger quem quer que seja além de suas fronteiras virtuais. Não pode impedir que computadores e redes sejam atacados através dessas fronteiras de confiança. Na realidade, tais ataques são tão plausíveis quanto indicarem as relações custo/benefício em se penetrar essas fronteiras de confiança, sob o recrudescente cerco do risco moral à disseminada tecno-imersão de práticas sociais. Por isso, a importância da criptografia será sempre limitada às condições de confiança disponíveis ao contexto de uso. Forçar a barra, ou obscurecer esses limites, por exemplo, decretando fé pública por atacado e invertendo o ônus da prova de fraude na identificação do titular do certificado, como faz a ICP Brasil, em relação à segurança de usuários constitui puro teatro. Teatro que tem como efeito real o de agravar riscos no processo, para quem se vê obrigado a se comunicar com base nela.

Uma grande mudança de paradigma com a internet

Para Marcelo Branco, estamos passando por uma transformação muito profunda da forma como se distribuem e se armazenam os conteúdos culturais

POR GRAZIELA WOLFART

Na entrevista exclusiva que concedeu, por telefone, para a IHU On-Line, Marcelo Branco identifica, no cenário atual, com a Internet, “uma grande mudança de paradigma, e não podemos aceitar o enquadramento da política de direitos autorais encima de um modelo antigo que não existe mais”. Ele considera que “o importante é que os autores sejam respeitados no seu direito autoral e, no entanto, como os produtos na Internet são imateriais, eles não podem se valer das regras da propriedade intelectual do século XVIII e XIX. É um conceito novo, que não é fácil de ser aceito por setores conservadores que se criaram em torno do direito de propriedade dos séculos passados. Mas lutar contra a tecnologia não é uma boa estratégia”. Na opinião de Marcelo, “o conhecimento e a inovação hoje estão distribuídos na Internet, não estão mais nas empresas e organizações”. Ele percebe que o conceito de “propriedade intelectual” está seriamente abalado pelo cenário das tecnologias digitais. “Não estou dizendo que o mundo da Internet e das sociedades em redes necessariamente é um mundo melhor ou mais democrático. As disputas que fizemos nos momentos anteriores da história, por liberdade, por direitos, são disputas que devemos continuar fazendo no cenário da Internet, senão podemos ter um ambiente tecnológico fantástico e uma sociedade muito mais controlada e com muito menos liberdade do que no passado”.

Marcelo D’Elia Branco é diretor do Campus Party Brasil. Consultor para sociedade da informação, Marcelo é coordenador do projeto Software Livre Brasil, e também ocupa o cargo de professor honorário da Cevatec, além de ser membro do Conselho científico do programa internacional de estudos superiores em software livre na Universidade Aberta de Catalunha. Seu blog pessoal é <http://wiki.softwarelivre.org/bin/view/Blogs/MarceloBranco>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que deveria fazer parte de um modelo que leve em consideração a nova realidade em que vivemos, onde a cultura e a informação sejam realmente livres e o acesso a elas possa ser garantido como direito humano fundamental?

Marcelo Branco - Estamos passando por uma transformação muito profunda da forma como se distribuem e se armazenam os conteúdos culturais. No período da era industrial, a revolução tecnológica dos séculos XVIII e XIX, essas obras, para que chegassem ao grande público, tinham que necessariamente passar pelo processo industrial. Isto é, a partir de uma extração de matéria-prima e de um processo fabril, literalmente, que prensava o Cd e o vinil, ou uma editora que imprimia o livro, esse produto chegava até o público por meio de uma pesada logísti-

ca de distribuição. Ele tinha que viajar de avião ou de caminhão para chegar até as lojas e, a partir disso, chegar até o público. Esse processo era caro, então tinha que remunerar, na cadeia produtiva, vários componentes: o criador, o produtor e o intermediário, que é quem fazia a cópia e a distribuição. Essa indústria se tornou poderosa no século XX: as grandes editoras, a indústria fonográfica, a indústria da cópia e distribuição do cinema etc. O que acontece nesse momento da revolução digital é que esse processo mudou totalmente. A cadeia produtiva não tem mais o processo industrial, não tem mais a pesada logística de distribuição. Porque uma obra cultural digital é armazenada em qualquer dispositivo digital e essa obra cultural chega até o público por meio do ambiente tecnológico da Internet. Não existe mais

a indústria que intermedia a criação entre o criador e o público. O resultado disso é que a obra cultural pode ser infinitamente mais barata, e o autor/criador ser melhor remunerado. Então as obras precisam ser protegidas por outros direitos, não mais os direitos autorais da época da indústria. Agora existem muito mais possibilidades dessas obras culturais serem distribuídas livremente através da Internet, com o direito autoral protegido para que não haja plágio ou violação das obras sem autorização do autor, mas, obviamente, o custo desta obra para o público pode ser zero ou muito próximo de zero. Temos aqui uma grande mudança de paradigma, e não podemos aceitar o enquadramento da política de direitos autorais encima de um modelo antigo que não existe mais.

IHU On-Line - Em que medida a tecnologia permite hoje que os governos sejam mais democráticos, com mais transparência, e que haja uma aproximação maior entre os cidadãos e o sistema político?

Marcelo Branco - Estamos vivendo essa revolução que falei anteriormente. Pela primeira vez, a base tecnológica do governo, dos veículos de comunicação, e do público é a mesma. Eles têm disponível a mesma base tecnológica. No período anterior, da era industrial, as empresas de comunicação tinham um potencial tecnológico, que é a TV, a rádio e o jornal de massa. E o público tinha possibilidades infinitamente inferiores de se comunicar com esses veículos, que tinham uma potência e uma base tecnológica muito diferente da do público. Da mesma forma o governo, que tinha mecanismos de divulgar suas políticas, e o público votava de quatro em quatro anos ou algumas vezes participava de orçamentos participativos etc. Com a revolução tecnológica da Internet, pela primeira vez, o público pode fazer um blog da mesma forma que o Planalto faz seu blog. Temos aqui uma relação mais horizontal. Com isso, o governo terá que ouvir e usar as redes sociais nos ambientes tecnológicos não só para mandar informações, como era feito no passado. Nesse novo período, os governos devem se abrir para receber sugestões de quais políticas devem implementar e o que deve aparecer nas leis que estão elaborando. Isso muda o conceito de governo.

IHU On-Line - Com a Internet, o que muda em relação ao conceito de propriedade?

Marcelo Branco - Acho que não muda o conceito de propriedade, mas a sua forma. Estamos falando na Internet de bens imateriais, de conhecimentos, de ideias, de cultura. Não estamos mais falando de propriedade física. Então, a propriedade intelectual no cenário da Internet é um tema muito discutido no mundo inteiro. Por um lado, temos os conservadores que querem manter a estrutura para um cenário novo, e, por outro lado, há várias organizações e empresas globais que pensam que o conceito de propriedade intelectual atrapalha seus negócios. A ideia da

“A ideia da empresa aberta é um conceito novo no mundo capitalista”

empresa aberta é um conceito novo no mundo capitalista. As empresas têm necessidade de abrir a sua propriedade para que a inovação gerada pela Internet possa agregar valor à empresa. O importante é que os autores sejam respeitados no seu direito autoral e, no entanto, como os produtos na Internet são imateriais, eles não podem se valer das regras da propriedade intelectual do século XVIII e XIX. É um conceito novo, que não é fácil de ser aceito por setores conservadores que se criaram em torno do direito de propriedade dos séculos passados. Mas lutar contra a tecnologia não é uma boa estratégia. O conhecimento e a inovação hoje estão distribuídos na Internet, não estão mais nas empresas e organizações. E é claro que o conceito de “propriedade intelectual” está seriamente abalado pelo cenário das tecnologias digitais. Não estou dizendo que o mundo da Internet e das sociedades em redes necessariamente é um mundo melhor ou mais democrático. As disputas que fizemos nos momentos anteriores da história, por liberdade, por direitos, são disputas que devemos continuar fazendo no cenário da Internet, senão podemos ter um ambiente tecnológico fantástico e uma sociedade muito mais controlada e com muito menos liberdade do que no passado.

IHU On-Line - Como funciona o Creative Commons? Quais são seus usos, sua função social e seus impactos econômicos e culturais?

Marcelo Branco - O conceito de copy-left foi o que levou à criação das licenças Creative Commons. Esse conceito de “esquerda da cópia”, ou de esquerda autoral, foi criado nos anos 1980 por **Richard Stallman**¹, e é o conceito da li-

¹ Richard Stallman: Conhecido no mundo inteiro pela sua defesa e desenvolvimento do software livre. Ele é o fundador do projeto GNU, lançado em 1984, para desenvolver o sistema operacional do software livre. Estudou Física em Harvard e trabalhou no Instituto Tec-

cnologia livre, do software livre, do sistema GNU Linux. Ele defende que se pode copiar livremente, distribuir, modificar a obra original e transformá-la numa derivada, desde que, se foi usada uma obra protegida pela licença livre, tem que desenvolver a obra derivada protegida pela mesma licença. Isso gerou uma inovação nunca antes vista no cenário tecnológico. Os produtos tecnológicos produzidos por licenças livres evoluem muito mais rápido do que os produtos com reserva de propriedade privada e fechados sob o ponto de vista do seu ambiente tecnológico. As licenças Creative Commons² podem estabelecer o direito de cópia, o direito de modificar a cópia original e o direito de comercializar e distribuir, tudo depende. As licenças Creative Commons determinam de que forma a obra pode ser distribuída, copiada e modificada. Para cada caso existe um tipo de licença que o autor escolhe conforme seu interesse.

IHU On-Line - A expansão do conhecimento, tornando-o livre, traz que tipo de consequências para a sociedade, nos aspectos econômico e cultural, por exemplo?

Marcelo Branco - No período anterior, as pessoas não estavam conectadas globalmente de forma tão fácil como hoje para trocar conhecimentos. Hoje estamos conectados globalmente através da Internet. Então é óbvio que o conhecimento e a cultura que estão fora das organizações são muito maiores do que o que está dentro delas. O conhecimento, a tecnologia e a cultura livres das amarras do período anterior já estão provocando um benefício para toda a humanidade.

nológico de Massachusetts (MIT) antes de se converter no grande libertário da informática. Em 1984, fundou a Free Software Foundation (www.fsf.org). Publicamos uma entrevista com Richard Stallman na IHU On-Line, 69ª edição, de 4 de agosto de 2003, em que discutimos a questão do software livre. Ele concedeu uma entrevista exclusiva à revista IHU On-Line na edição número 136, de 11 de abril de 2005. Sua página pessoal na Internet é <http://www.stallman.org/> (Nota da IHU On-Line)

² Sobre as licenças Creative Commons leia a entrevista *Direitos autorais e Creative Commons*, com Sérgio Branco, publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 12-11-2009 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=27442 (Nota da IHU On-Line)

O conhecimento é patrimônio comum da humanidade

Toda a produção de novos bens culturais é baseada nas anteriores, de modo que existe uma espécie de contribuição coletiva da humanidade em cada novo bem cultural produzido, defende Pablo Ortellado

POR GRAZIELA WOLFART

Para o professor da USP, Pablo Ortellado, o que estamos vendo no momento atual é o embate entre dois modelos: “o modelo tradicional e o modelo novo, digital, no qual os intermediários são menos importantes. E o direito autoral, que era o instrumento jurídico que organizava essa cadeia produtiva, está se tornando menos fundamental, para não falar obsoleto, que talvez seja uma palavra muito forte”. Em entrevista concedida, por telefone, para a **IHU On-Line**, ele reflete sobre o universo digital e suas consequências na produção intelectual e cultural, argumentando que “o direito autoral seguramente não vai desaparecer, mas terá que ser reformulado de maneira que se encaixe em uma realidade onde ele não é mais o elemento estruturante da indústria cultural”.

Pablo Ortellado possui graduação e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, onde atualmente é professor. Tem experiência na área de Políticas Públicas, com ênfase em Políticas para acesso a informação, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, movimentos sociais, teoria política, comunicação. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como falar deste universo de conhecimento livre na Internet em um país onde o acesso às tecnologias está longe do ideal?

Pablo Ortellado - Em primeiro lugar, as políticas que temos de acesso às tecnologias, mesmo se pensarmos em uma perspectiva global, são muito mais um potencial do que uma possibilidade efetiva de acesso ao conhecimento. Então, deve acontecer simultaneamente um processo de ampliação do acesso à tecnologia por meio de políticas de promoção de acesso à Internet, banda larga, computadores; mas não devemos esperar a universalização do acesso para promover, por meio dessa tecnologia, um acesso universal aos conteúdos. Do contrário, teríamos um fato consumado de acesso à tecnologia num ambiente de alta restrição. Então, a missão é dupla: ampliar o acesso à tecnologia, simultaneamente fazendo uso do parcial acesso que se tem às tecnologias, explorar o seu limite por meio de licenças livres, práticas de digitalização de conteúdo, políticas de fomento ao compartilhamento e assim por diante.

IHU On-Line - Quais os entraves para a ampliação da banda larga no Brasil? Qual sua opinião sobre a proposta de torná-la regulada?

Pablo Ortellado - O principal entrave à ampliação da banda larga no país é o custo, e isso é um consenso. A banda larga no Brasil é cara. E isso tem dois fatores: o fator de natureza internacional, como o sistema de distribuição de custos na Internet se dá, e esse é um problema que está muito além da capacidade do país resolver, ou seja, o Brasil como ator internacional pode ajudar na mudança disso; e existe um problema interno no Brasil que é a forma como a regulação da telecomunicação e da Internet se dá no país. E, nesse sentido, o governo brasileiro tem bastantes meios de interceder de maneira a baratear o custo do acesso à banda larga. As medidas que estão aparecendo no debate vão desde oferecer este acesso como serviço público, que implicaria toda a camada mais básica de infraestrutura do acesso à banda larga ser assumida pelo Estado; como também a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) passar a

ter um papel mais ativo na regulação do setor de Internet, de provimento de acesso à Internet.

IHU On-Line - Como entender o paradoxo das indústrias de copyright no universo das redes digitais?

Pablo Ortellado - O problema do direito autoral no universo digital é o seguinte: esse modelo que temos de direito autoral vigente se consolidou na sua forma atual por organizar a indústria cultural na sua capacidade de produção mecânica de bens culturais reproduzíveis. Ela foi criada basicamente para regular a distribuição de livros, de LPs, fitas, CDs. É para isso que existe, é assim que foi desenhada e ocupa o papel de organizadora de todo esse sistema. Então, ela concentra a propriedade no intermediário, que cumpre o papel cultural de selecionar o conteúdo. Temos vários artistas que buscam visibilidade, ele seleciona esses artistas, porque o meio de produção física é oneroso, produz esses artistas com a capacidade que tem de financiamento, e depois divulga esses artistas e distribui o conteúdo.

Esse modelo está sendo completamente subvertido pelas novas tecnologias, porque o papel do intermediário não é mais necessário. Com a Internet, em particular, temos uma rede de distribuição que não é global, porque tem o problema do limitado acesso às tecnologias, como falamos há pouco, mas que é potencialmente universal. Num prazo muito pequeno - comparando com a história da indústria cultural - estaremos perto da universalização do acesso a essas tecnologias. Falo de um par de décadas, no máximo. Temos a capacidade com computadores nas casas das pessoas, com uma rede de distribuição como a Internet, temos socialização dos meios de produção, então todos têm meios para fazer seu livro, para compor, para editar e gravar sua música, e isso está distribuído nas casas. Tenho uma rede de promoção que é a Internet. Monto meu site, uso serviços na Internet como o *myspace*, para promover a música, ou sites de distribuição de conteúdo acadêmico ou literário. Tenho vários veículos que estão disponíveis e estão abertos a todos, nos quais eu posso promover e tornar público o conteúdo que produzi domesticamente. E esses mesmos sites que fazem as promoções, proporcionam o acesso por meio de *download*. Na medida em que os conteúdos estão sendo digitalizados, essa cadeia produtiva está sendo feita. E o que estamos vendo, nesse momento, é o embate entre dois modelos: o modelo tradicional e o modelo novo, digital, no qual os intermediários são menos importantes. E o direito autoral, que era o instrumento jurídico que organizava essa cadeia produtiva, está se tornando menos fundamental, para não falar obsoleto, que talvez seja uma palavra muito forte.

IHU On-Line - Está na hora, então, de uma renovação na legislação?

Pablo Ortellado - O direito autoral, se continuar do jeito que está, ficará obsoleto nesse cenário. Por isso é preciso uma reforma da lei do direito autoral para ele se adequar a esse novo panorama da distribuição digital, porque aí ele cumpre uma nova função, muito menos importante daquela que cum-

“O principal entrave à ampliação da banda larga no país é o custo, e isso é um consenso. A banda larga no Brasil é cara”

pria. Por isso, é preciso que ele incorpore exceções e limitações bastante amplas, para que esses usos que estão sendo feitos da Internet passem a ser considerados legais, uma vez que já são situações de fato. É preciso que a lei reconheça isso por meio de exceções e limitações, e é preciso também, nessa lei, reequilibrar a relação entre intermediários, produtores e consumidores.

IHU On-Line - O momento atual, com a Internet, acaba dissolvendo a questão da autoria. Que problemas aparecem com essa ideia?

Pablo Ortellado - Esses novos modelos que estão aparecendo na Internet funcionam com pouco apoio no direito autoral. Não é sem nenhum apoio, é pouco. Os chamados novos modelos de negócio que estão se desenvolvendo no ambiente digital normalmente deslocam a fonte de remuneração dos artistas e produtores culturais para outras direções. O acesso aos bens deixa de ter a barreira do preço. Eu produzo meu bem cultural, uso dos meios digitais para promovê-lo e distribuí-lo, sem intermediação mercantil, muitas vezes, e a sustentabilidade da atividade cultural é normalmente deslocada para o serviço e, às vezes, é deslocada para a publicidade. Ao fazer esse processo, que não envolve basicamente direito autoral, desloco minha fonte de remuneração para os shows. Durante a atividade de performance, eu arrecado dividendos que sustentam a atividade artística e o acesso à música gravada passa a ser gratuito. Obviamente que o direito autoral continua aí. Quando tenho execução comercial em rádios, o direito autoral continua sendo relevante, se tenho o uso da música na publi-

cidade, num filme, qualquer contexto comercial relevante, o direito autoral continua valendo. Mas para a relação entre o músico e o público, a mediação do direito autoral enquanto instrumento jurídico, que limitaria o acesso em troca de uma remuneração, desapareceu. Mas ele continua operando nessas outras esferas no caso da música. No caso do livro, essa situação está muito menos avançada, porque o acesso digital aos conteúdos literários avançou muito menos, em parte porque é muito difícil ainda ler na tela do computador um livro grande. Agora, com a expansão dos dispositivos portáteis, tipo Kindle¹, ou o dispositivo da Sony, que são os dois grandes dispositivos de leitura de textos digitais que entraram no mercado e começaram a se expandir neste ano, vemos uma mudança parecida no âmbito da indústria editorial, porque os conteúdos serão digitalizados, e o papel das editoras na intermediação também será questionado, com a diferença de que a produção de textos literários requer muito menos investimento. Eu não preciso de um estúdio, preciso basicamente de um computador e um processador de texto. Então, penso que o direito autoral seguramente não vai desaparecer, mas terá que ser reformulado de maneira que se encaixe em uma realidade onde ele não é mais o elemento estruturante da indústria cultural.

IHU On-Line - Que cenário podemos vislumbrar a partir da retomada da noção de que a cultura é um bem comum e que a maior parte das criações têm como base a própria cultura?

Pablo Ortellado - É curioso porque essa mudança, esse movimento de acesso à informação e de reivindicação da cultura como bem comum, não apareceu enquanto pauta política própria. Ele veio como uma espécie de justificação ou *a posteriori* de uma situação de fato. Quando as novas tecnologias permitiram que, por

¹ Kindle é um pequeno aparelho criado pela empresa americana Amazon, que tem como função principal ler e-books (livros digitais) e outros tipos de mídia digital. O primeiro modelo da plataforma foi lançado nos Estados Unidos em 19 de Novembro de 2007. (Nota da IHU On-Line)

“As políticas que temos de acesso às tecnologias, mesmo se pensarmos em uma perspectiva global, são muito mais um potencial do que uma possibilidade efetiva de acesso ao conhecimento”

meio da digitalização dos conteúdos, nós tivéssemos uma universalização do acesso aos bens culturais, criou-se uma espécie de argumentação, reivindicando o acesso. E só a partir do momento em que foi possível falar em acesso universal aos bens culturais foi que se criou um movimento em defesa dessa bandeira. De maneira que essa situação que vivemos hoje precedeu a demanda. A demanda é um movimento para utilizar o potencial das novas tecnologias no seu limite máximo. E, a partir do momento em que foi possível pensar no acesso universal aos bens culturais, começaram a se desenvolver argumentos, que são essencialmente corretos. Por exemplo, a produção cultural é cíclica. Toda a produção de novos bens culturais é baseada nas anteriores, de modo que existe uma espécie de contribuição coletiva da humanidade em cada novo bem cultural produzido. Quanto menos empecilho existir nesse ciclo produção/consumo/produção, mais viva e dinâmica será a produção cultural. Hoje temos meios econômicos para aumentar a velocidade e potencializar ao máximo as voltas desse ciclo. Além disso, nos fundamentos da nossa sociedade, desde a época do iluminismo e da consolidação da ideia de direitos humanos, pressupõe-se que o conhecimento produzido pela humanidade é patrimônio comum. E agora temos a possibilidade prática desse ideal iluminista ser efetivamente realizado.

Contracultura atual: o que interessa é a “cultura livre”

Ângela Kretschmann defende que a propriedade sempre foi vista como algo absoluto, intocável, e agora não é mais assim, desde que se discute tanto a função social da propriedade, e o próprio sentido de dignidade humana, base dos direitos humanos

POR GRAZIELA WOLFART

Na visão da professora Ângela Kretschmann “no plano da propriedade intelectual, e em especial no campo da propriedade industrial (...), as mudanças introduzidas pela Internet são altamente positivas, pois trazem a publicidade necessária para os desenvolvimentos e inovações tecnológicas, estreitando aquele espaço de tempo e aproximando os interessados em desenvolvimentos e inovações às informações detalhadas da tecnologia”. Na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**, a advogada e professora na Unisinos identifica que “há uma verdadeira guerra entre aqueles que se acostumaram a manipular o mercado da cultura e, agora, os consumidores de cultura que estão mais interessados na liberdade de escolha, no sentido de escolher o que consumir em termos de cultura”. Ela entende que “as pessoas podem e devem continuar sendo proprietárias, mas conscientes de que vivem em sociedade, precisam dela e desejam contribuir com ela. Difícilmente se cria uma obra para ficar admirando-a sozinho. Coisa sem sentido. Então a questão é equilibrar o interesse do autor com o do público, lembrando que o interesse do autor não é totalmente oposto ao interesse público”. Para a professora, “uma cultura de direito autoral existe hoje para poucos, e, no lugar de desenvolvermos uma cultura saudável de direito autoral, de respeito efetivo a autores que admiramos, já vivemos numa época de contracultura, onde o que interessa é a ‘cultura livre’, e o resto é lorota”.

Ângela Kretschmann possui doutorado em Direito pela Unisinos. Realizou seu mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, e a graduação em Ciências Jurídicas pela Unisinos. É professora nos cursos de Direito, Segurança da Informação, Gestão Cultural e Design, da Unisinos, lecionando Direito da Propriedade Intelectual, Direitos de Autor e Propriedade Industrial (Marcas, Patentes, Software, Cultivares). Sócio-fundadora de Kretschmann, Koff & Rabello Sociedade de Advogados, atualmente integra a Comissão de Propriedade Intelectual (CEPI) da OAB/RS. Entre seus principais livros publicados citamos *Dignidade Humana e Direitos Intelectuais: re(visitando) o Direito Autoral na Era Digital* (São José - SC: Conceito, 2008); *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional* (Curitiba: Juruá, 2008); e *História Crítica do Sistema Jurídico: da prudência à ciência moderna* (Rio de Janeiro: Renovar, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as principais mudanças que a Internet deve introduzir na questão do direito autoral e da propriedade intelectual?

Ângela Kretschmann - São duas questões, uma mais restrita, a do direito autoral, e outra mais ampla, que envolve o direito autoral, a propriedade intelectual. No plano da propriedade intelectual, e, em especial, no campo da propriedade industrial (patentes de invenção, modelos de utilidade, desenho industrial, marcas, concorrência desleal), as mudanças introduzidas pela Internet são altamente positivas, pois trazem a publicidade necessária para os desenvolvimentos e inovações tecnológicas, estreitando aquele espaço de tempo e aproximando os interessados em desenvolvimentos e inovações às informações detalhadas da tecnologia. Isso apenas contribui para que os investimentos sejam sempre melhor dirigidos para o que ainda não foi criado, e a Internet constitui, portanto, um imenso banco de dados *online* onde se acessa de qualquer lugar do mundo e se toma conhecimento do que há de mais recente em matéria de patentes, o que não é possível patentear mais, e o que ainda é possível. Assim também com relação às marcas, sinais distintivos que identificam produtos e serviços. Bem, esse é o lado da propriedade industrial, um dos campos da propriedade intelectual. Eu trabalho com transferência de tecnologia e patentes, e ergo as mãos para o céu pela facilitação que a Internet proporciona nesse campo. Já no caso do direito de autor, a situação não é assim, tão otimista, nem tão romântica. Há uma verdadeira guerra entre aqueles que se acostumaram a manipular o mercado da cultura e, agora, os consumidores de cultura que estão mais interessados na liberdade de escolha, no sentido de escolher o que consumir em termos de cultura. Para não me alongar demais, e buscando responder com uma certa objetividade, eu diria que, no que diz respeito à propriedade industrial, as mudanças tendem, portanto, a aperfeiçoar o sistema de proteção, tornando-o mais acessível, rápido (no que diz respeito à expedição de cartas-patentes, registros de desenhos e

marcas) e transparente. Já no que diz respeito ao direito autoral, a Internet revoluciona tudo, desde a própria concepção do que significa um autor ou um produtor. É dramático deparar-se com novas formas de expressão criativa, que nem são tão criativas assim e que estão também sendo protegidas pelas regras do direito de autor, como um banco de dados, por exemplo. O direito autoral pode ser visto, assim, como um cabo de guerra, onde temos de um lado uma equipe (representada pela indústria cultural, editoras, em especial fonográficas, e de software, mas não apenas elas) puxando para o reforço da proteção das regras, e, de outro, uma equipe, em geral representada por criadores singulares, pessoas

“Eu trabalho com transferência de tecnologia e patentes, e ergo as mãos para o céu pela facilitação que a Internet proporciona nesse campo”

físicas, artistas, músicos, que desejam apenas poder compartilhar o que criam, e, se possível, viver disso, mas sem “neuras”, ou, pelo menos, sem o excesso mercantilista que a indústria que comercializa cultura possui, e, nesse sentido, desejam que as regras do direito autoral se flexibilizem, permitindo maior acesso sem tanta necessidade de autorização prévia. Quem vai vencer? E de que lado está o restante do público, e o que deve ser público, e o que deve ser privado, no conhecimento que produzimos? Essas questões merecem profunda reflexão.

IHU On-Line - Como se estrutura hoje no Brasil a lei de direito autoral?

Ângela Kretschmann - A lei de direito autoral, hoje, no Brasil, seria cômica se não fosse dramática. Observe bem:

há um artigo que especifica as obras que são protegidas, do modo amplo, e, nesse sentido, são protegidas “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (art. 7º.). Sempre gosto de lembrar aos alunos que a primeira lei brasileira veio justamente proteger as aulas dos professores, em 1827, na Semana da Arte Moderna. Com isso, enquanto estou falando na sala de aula, automaticamente, produzo obra e eles têm o direito de fazer anotações, mas jamais reproduzir (gravar, por exemplo) sem autorização. E até aqui tudo muito bem. Que eu saiba, a maioria dos professores autoriza a gravação das aulas. Mas todos devem saber que é um direito do professor recusar, pois, sendo uma obra protegida, a lei especifica de modo bastante enfático tudo o que precisa de autorização. O problema é que, a princípio, praticamente tudo está protegido, inclusive o rabisco no guardanapo, feito durante uma refeição. Mas até aí tudo ainda vai muito bem. O pior sempre está por vir. Ah, e sem esquecer que sempre, mas sempre mesmo, pode ficar muito pior. Tudo praticamente depende de autorização, não apenas a fixação de obra, a reprodução, a adaptação, como qualquer transformação da obra originária. A lei, então, com uma redação que julgo fantástica e assustadoramente exata, deixa claro que “quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas” (art. 29, X). Ou seja, se alguém inventar um modo de usar uma obra simplesmente assoprando ou sei lá, utilizando uma luz refratária através de cristais, ou o que é mais provável, criando uma nova tecnologia, bom, a lei já, desde 1998, previa essa capacidade humana impressionante, e destacou então que tudo isso seja lá o que for que se inventar, e que servir para usar alguma obra intelectual, terá que antes pedir autorização para o titular da obra. É aí que chega a Internet. Ora, diante disso tudo, é óbvio (mas não para maioria da população, e de qualquer idade) que obras intelectuais colocadas na Internet estão pro-

tegidas pelo direito autoral. Ou seja, não é porque a tecnologia permite o acesso, que a lei permite o acesso, ou seja, que a lei autoral permite o uso de uma obra intelectual protegida só porque você tem acesso a ela através do meio digital. E usar significa, inclusive, fazer *download*, gravar no disco rígido ou em pendrive, ou ainda imprimir. E nem se fale em uso privado, pois o uso privado que a lei autoral permite é apenas de pequenos trechos e dificilmente alguém acessa e reproduz apenas “pequenos trechos”. Isso falando no aspecto civil. Portanto, a princípio, estaríamos em permanente violação a direitos autorais no âmbito civil, podendo sofrer uma ação e condenação a pagamento de indenização. Mas, pelo menos, podemos escapar de sermos presos já que, em 2003, a lei penal mudou para permitir o *download* de obra integral se for para uso privado.

IHU On-Line - Qual a importância de se revisar o direito autoral na era digital?

Ângela Kretschmann - Parece que a importância é bastante grande se não quisermos prender todo mundo. Mas há outras incongruências de grande profundidade, como a questão colocada por um professor da Alemanha, que nos visitou recentemente e com quem pudemos compartilhar quatro noites de congresso exclusivamente nesse assunto. O professor Rainer Kuhlen perguntava para quem serve o direito autoral. E essa pergunta é chave, afinal, a lei foi feita para quem, uma vez que obviamente serve aos interesses dos grandes conglomerados internacionais que negociam a cultura? Outra pergunta fundamental, que mexe na estrutura do direito autoral, é sobre a medida em que o conhecimento e a informação devem ser públicos, e a medida em que devem ser privados. Na Alemanha, a preocupação com o excesso de proteção levou à criação até do Partido Pirata.¹ E ele é levado a sé-

¹ Não só na Alemanha. Sobre o Partido Pirata no Brasil, leia a entrevista *Os piratas brasileiros*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 10-11-2009, disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=27376 (Nota da IHU On-Line)

“A lei de direito autoral, hoje, no Brasil, seria cômica se não fosse dramática”

rio. Portanto, estamos todos em busca de um equilíbrio, e não está fácil, pois não obstante os próprios esforços do Ministério da Cultura, no Brasil, tornando possível o debate público, que constituiu uma verdadeira esfera pública (no sentido habermasiano mesmo!), fato é que o diálogo mostrou-se bastante rude, em certo sentido, pois é notória a preocupação da indústria cultural em geral de manter e ainda reforçar as regras, impedindo o livre acesso a obras protegidas. De outro lado, isso leva ao restante dos interessados, inclusive os autores de obras a questionar o próprio sentido do direito autoral, e se ele tem servido hoje aos propósitos que servia no passado, de motivar a criatividade, ou se tem antes apenas servido a certos titulares derivados (que não são os autores, mas quem comprou, ou cessionários das obras) para não apenas explorar comercialmente as obras, mas pior, manipular a própria cultura que nos é acessível, escolhendo o que iremos consumir em termos de cultura. Prova disso é o jabá no Brasil que ainda não é proibido. Então ficamos com essas músicas que são horríveis e que estão em primeiro lugar nas paradas de “sucesso”, simplesmente porque uma gravadora pagou para que ela estivesse ali, e ali permanecesse até nosso ouvido se acostumar com aquela coisa.

IHU On-Line - Que novos paradigmas se fazem necessários para a área do direito a partir da mudança radical na ideia de propriedade com a era digital?

Ângela Kretschmann - A propriedade sempre foi vista como algo absoluto, intocável, e agora não é mais assim, desde que se discute tanto a função social da propriedade e o próprio sentido de dignidade humana, base dos direitos humanos. Enquanto a lei autoral sempre teve por escopo fortalecer

a criatividade e possibilitar o desenvolvimento da cultura, observa-se que o excesso de proteção pode antes ter efeito contrário, de inibir a criatividade (pois ninguém pode acessar a obra, transformá-la, revivê-la) e impedir o desenvolvimento cultural. A era digital não tem o condão de mudar o sentido da propriedade. Ela apenas expõe de modo bastante claro o problema e a necessidade de mudança. Nada aconteceria se não houvesse uma pressão enorme de setores industriais que tomaram conta, apropriaram-se do direito autoral. Nesse sentido, o problema é que as pessoas acessam bens disponíveis no meio digital, e os tradicionais proprietários dos bens culturais desejam ganhar muito mais cobrando por tudo o que está acessível na Internet. O que precisa mudar é o excesso de poder existente sobre a obra protegida, cujo titular quase sempre nem é o autor original, este que cedeu o direito à indústria pode ser proibido até mesmo de cantar sua própria música (o que também já aconteceu no Brasil). O ECAD² é um bom exemplo, pois deseja a todo custo cobrar por toda execução musical que existe através da Internet. E os escândalos envolvendo o ECAD também seriam dignos de graça se não fossem trágicos. Imagine se você é um quitandeiro e está pesando batatas e cebolas na sua balança e ouvindo seu radinho de pilhas que está sempre ao lado da balança... de repente, o ECAD entra com uma ação judicial contra você, cobrando direito autoral sobre a execução, pois, afinal, você está escutando rádio em “ambiente de frequência coletiva”. Essa ação tramitou aqui no Tribunal gaúcho, e, felizmente, nesse caso, o ECAD perdeu, era demais! Perdeu mas deve ter provocado um dano irreversível no quitandeiro! Talvez ele tenha jogado seu radinho pela janela. Mas será que o ECAD vai perder a causa da Internet? Já se está falando de uma taxa que teríamos que pagar para acessar as obras protegidas. No YouTube, já existem vários vídeos cujos sons já foram

² O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD é o órgão brasileiro responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais das obras musicais, tendo sua sede localizada no Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

bloqueados por questões de direitos autorais. Na França, já começaram a bloquear o sinal de Internet caso você acesse conteúdo protegido e faça *download*. E, na Alemanha, nem se fala, você pode facilmente ser chamado para prestar esclarecimentos à polícia. Aqui, no Brasil, ainda estamos vivendo numa espécie de paraíso da Internet. Mas a lei não é diferente dos demais países, pelo contrário, é até mais rígida. Ações judiciais contra usuários desavisados já estão sendo tomadas, e, muitas vezes, com sentido muito mais de *marketing* do que repressor. Basta lembrar uma notícia passada, um tempo atrás (quase todo mundo viu), em pleno Jornal Nacional da Globo, sobre uma mulher que foi condenada nos Estados Unidos por ter baixado da Internet cerca de 18 músicas... e a condenação ultrapassou a cifra de um milhão de dólares. E logo depois de dar a notícia, o apresentador de telejornal simplesmente disse: E agora a nossa previsão do tempo... Sem nenhum comentário, nenhum! Ora, isso é para dar um recado bastante enfático e, certamente, auxiliar ao combate à pirataria no Brasil. Aliás, o combate à pirataria é fortemente financiado pelas ações da Microsoft. Nada contra o combate à pirataria, mas não vamos confundir piratas com cidadãos honestos, trabalhadores e que têm sensibilidade cultural e desejam se sentirem humanos ouvindo uma boa música, sem ter que pagar quase 20% de um salário mínimo para comprar a música. Mas ninguém percebeu o tom da notícia, ninguém se deu conta de onde se pretendia chegar. Ninguém questionou nada. Claro que também não puderam prestar atenção na previsão do tempo, pois a notícia era de assustar qualquer um. E o recado foi dado: não baixem músicas da Internet, pois a condenação pode ser muito, muito cara. E a lei não é diferente no Brasil. Se não se souber o número de cópias piratas, a lei determina que o valor seja calculado em 3.000 exemplares. Imagine 18 músicas diferentes multiplicadas cada uma por 3.000. Sobre o valor que ainda o juiz determinar para cada música. Fica impagável. Se o autor deseja que o público acesse sua obra sem neces-

sidade de pedir autorização, terá que fazer isso através dos instrumentos desenvolvidos como reação ao excesso de proteção. Essas reações podem bem ser vistas através do software livre e do Creative Commons. Os novos paradigmas, portanto, vêm da ideia de *commons*, do que deve ser de acesso público, como a água e o ar, a informação, a educação e a cultura, que mostram uma nova era onde o sentido de propriedade, de dono de algo não é mais o valor supremo em uma ordem jurídica, pois outros valores têm se elevado e tornado mais importantes. A ideia de propriedade deve, portanto, ser compreendida junto com outros direitos. As pessoas podem e devem continuar sendo proprietárias, mas conscientes de que vivem em sociedade, precisam dela e desejam contribuir com ela. Dificilmente se cria uma obra para ficar admirando-a sozinho.

“Aqui, no Brasil, ainda estamos vivendo numa espécie de paraíso da Internet”

Coisa sem sentido. Então a questão é equilibrar o interesse do autor com o do público, lembrando que o interesse do autor não é totalmente oposto ao interesse público.

IHU On-Line - Como se obtém uma licença Creative Commons?

Ângela Kretschmann - As licenças Creative Commons estão disponíveis no site do próprio Creative Commons (www.creativecommons.org). São de fácil compreensão e de várias espécies. Usuários de obras intelectuais e autores têm se valido das licenças para eliminar os intermediários de obras intelectuais, como um canal direto de negociação entre aqueles que criam, por exemplo, uma música, e aqueles que desejam utilizá-la, por exemplo, em um audiovisual. O autor simplesmente escolhe uma das licenças e cadastra sua obra, autorizando antecipadamente (a qualquer pedido) a li-

cença que desejar, para uso comercial ou não, para adaptação ou não etc.

IHU On-Line - Quais os principais conflitos que aparecem nos processos que envolvem a questão dos direitos intelectuais?

Ângela Kretschmann - Citei os conflitos envolvendo a indústria cultural (em geral produtores de fonogramas e audiovisuais, editoras em geral) e os consumidores de cultura. Inclui-se entre autores e as gravadoras, por exemplo. Tanto é assim que a pirataria veio a ser comemorada por vários músicos como uma forma de enfraquecer a indústria fonográfica, vista como inimiga de vários músicos. Entre outros conflitos, podemos citar o problema da própria estrutura das bibliotecas, que se veem diante da possibilidade tecnológica de digitalização de materiais, o que poderia ser tecnologicamente facilmente disponibilizado aos alunos, mas, hoje em dia, não sem o risco de prisão dos bibliotecários (o que também já aconteceu no Brasil...). Então, o principal conflito existe a nível de direitos fundamentais, pois o direito de autor é um direito fundamental, ao lado de outros direitos tão fundamentais quanto o direito à educação, à informação e à cultura (ainda que na hermenêutica jurídica vamos dizer que não existe conflito, ou ele é só aparente, entre direitos fundamentais, e o que precisamos é ponderar os interesses em jogo em cada caso concreto). Um outro problema sério que merece ser citado é relativo à própria necessidade de mudança de modelo de negócios das empresas que vivem de bens culturais protegidos pelo direito autoral - que por muito tempo se acostumaram aos monopólios e resistem a fazer certos investimentos para saber lidar com a era digital.

IHU On-Line - Como se caracteriza a base de valores morais que rege as decisões acerca do direito autoral e da propriedade intelectual?

Ângela Kretschmann - Basicamente, o que choca as editoras em geral é a facilidade com que hoje se realizam cópias ofendendo dramaticamente

as regras de direito autoral. Mas não é só isso, o que os editores em geral comentam é justamente a total ausência de “consciência pesada”, ou seja, quem copia em geral não se sente mal, ou não tem nenhuma noção de “imoralidade”. Pelo contrário. O que se verifica, portanto, são decisões que são tomadas com base na legislação, e especificamente de direito autoral, raramente alguma decisão faz referência ao acesso à cultura, informação e educação para restringir o direito do autor. O que posso referir é que, apesar de eu conviver há quase 20 anos, seja como professora, seja como advogada e perita judicial na área dos direitos intelectuais, fato é que uma cultura de direito autoral existe hoje para poucos, e, no lugar de desenvolvermos uma cultura saudável de direito autoral, de respeito efetivo a autores que admiramos, já vivemos numa época de contracultura, onde o que interessa é a “cultura livre”, e o resto é lorota. O Brasil é singular nesses saltos “ornamentais”. Mas não podemos fazer as coisas sem pensar, pela simples paixão pelas aventuras, irresponsabilidade inaceitável para um Brasil que assume um papel importante na esfera mundial, um Brasil que convive hoje com leis de incentivo à inovação e à cultura, leis pouco aproveitadas pelo setor empresarial e mesmo universitário. E serão ainda menos aproveitadas se desejarmos banir os direitos intelectuais, certamente, então poderemos nos preparar para continuar adquirindo cultura e tecnologia de estrangeiros, no lugar de produzirmos e vivermos de nossa produção intelectual. Isso sim seria emocionante, aventureiro, desafiador e, ainda, enriquecedor, tanto em termos morais quanto financeiros. O povo brasileiro é considerado criativo, imagine se aproveitarmos toda essa criatividade e ganharmos dinheiro com ela, quanto samba também poderemos fazer.

IHU On-Line - Em que sentido a Internet e o acesso livre às informações podem contribuir para uma sociedade mais justa e mais igualitária em

20

que todos tenham acesso às riquezas culturais?

Ângela Kretschmann - Vejo que a Internet é o grande canal de comunicação que até o momento encontra-se livre - ao menos no Brasil, mas não na China! - para que possamos nos comunicar e acessar bens culturais. Por enquanto, esse acesso está ilimitado, mas a nova lei de Informática está prestes a ser aprovada, e dependendo de seu formato final, nossa liberdade poderá estar correndo algum risco. A sociedade será mais justa e igualitária sempre que for possível às pessoas exercerem de modo efetivamente livre suas escolhas. Não me sinto totalmente livre como gostaria, na atualidade, em meio a jornais e emissoras de TV que praticamente acertam os assuntos que vão passar no noticiário, escolhendo o que verei e poderei ouvir e eventualmente ainda aconselhando sobre certos assuntos para trazer uma comodidade bastante perigosa ao pensamento humano. Não sinto efetivamente liberdade nem igualdade, e muito menos justiça num sistema agressivo que utiliza os meios de comunicação para manipular minha autonomia enquanto indivíduo que nasceu para ser livre e se autodeterminar. A maioria da população não tem condições de se autodeterminar na medida em que recebe tudo pronto, mastigado e planejado quase que em total conjunto pelas emissoras de TV, numa tamanha pobreza de comentários que chega a constituir um crime contra os cidadãos, numa manipulação ostensiva e efetivamente criminoso. Por isso, precisamos de uma Internet livre, pois os meios de comunicação não são livres, são veladamente livres. São manipulados pelos interesses de grandes conglomerados da comunicação de massa, que desejam uma massa cada vez mais apta a consumir os produtos que eles querem que sejam consumidos. Esse domínio subliminar é muito mais perigoso do que o domínio ostensivo. Onde está o acesso livre às informações? Eu diria, na Internet e nos canais, alguns, pagos, mas quem pode acessá-los? Tão poucos.



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

SIGA O twitter DO IHU

twitter Login Join Twitter!

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Hey there! **_ihu** is using Twitter.

Twitter is a free service that lets you keep in touch with people through the exchange of quick, frequent answers to one simple question: What are you doing? **Join today** to start receiving **_ihu's** tweets.

Join today!
Already using Twitter from your phone? [Click here.](#)

_ihu

Começa hoje Ciclo de Estudos em EAD Veblen e o comportamento humano. Um século de "Teoria da Classe Ociosa" <http://migre.me/5IZQ>

about 5 hours ago from web

"Nosso horizonte é erradicar a fome no Brasil em 2015", afirma Patrus Ananias em entrevista ao jornal El País.

Name IHU
Location Brasil
Web [http://www.unisinos...](http://www.unisinos.br)

39 following 162 followers

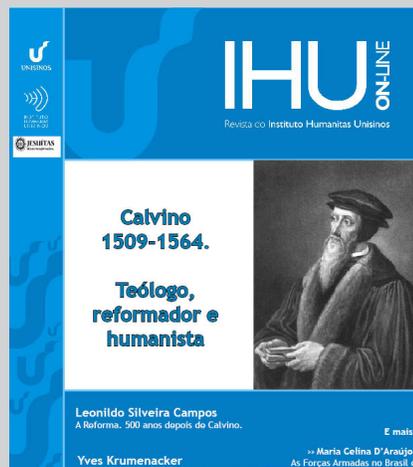
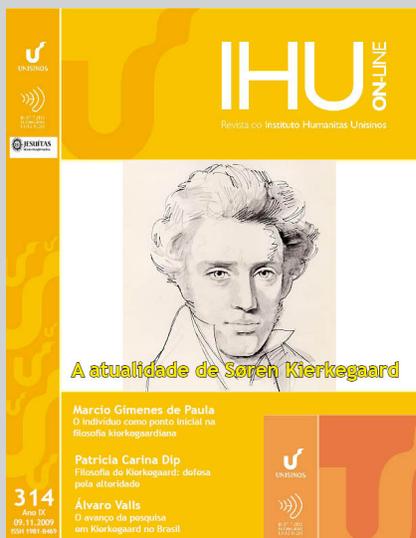
Tweets 656

Favorites

Following

http://twitter.com/_ihu

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE.



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Livro da Semana

Tanto a fé quanto a razão são necessárias

Racionalidade e provas científicas são equiparadas por fundamentalistas ateus. A fé precisa ser razoável, e a razão exige fé básica na racionalidade do universo, acen-tua o teólogo Keith Ward, autor de *Deus, um guia para os perplexos*

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO LUÍS MARCOS SANDER

“O fundamentalismo ateu supõe que a ciência forneça toda a verdade existente a respeito do universo. Ele parodia as crenças religiosas e não quer dar ouvidos a argumentos baseados no raciocínio”. A afirmação é do teólogo e filósofo inglês Keith Ward, na breve entrevista exclusiva que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line. Segundo ele, há uma equiparação entre racionalidade e descoberta de provas científicas. “O que se faz necessário é uma percepção mais forte da racionalidade presente na arte, música, ética, história e filosofia”. Sobre *Deus é um delírio*, de Richard Dawkins, Ward diz que, se tivesse lido o seu *Deus, um guia para os perplexos* (São Paulo: Difel, 2009), não teria escrito um livro “tão tolo”. E arremata: “A fé tem de ser razoável, e a razão exige uma fé básica na racionalidade do universo e na capacidade do pensamento humano de entendê-lo. Tanto a fé quanto a razão são necessárias”.

Ward é graduado pela Universidade de Wallis. Estudou, ainda, em Cardiff, Oxford e Cambridge, antes de ser ordenado padre pela Igreja da Inglaterra em 1972. É membro do conselho do Instituto Real de Filosofia da Universidade de Oxford, Inglaterra. É professor visitante das universidades de Drake, Iowa e Tulsa em Oklahoma. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Mesmo tendo sido publicado antes de “Deus é um delírio”, de Richard Dawkins,¹ o seu

¹ Clinton Richard Dawkins (1941): zoólogo, etólogo, evolucionista e escritor britânico, nascido no Quênia. Catedrático da Universidade de Oxford, é conhecido principalmente pela sua visão evolucionista centrada no gene, exposta em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. O livro também introduz o termo “meme”, o que ajudou na criação da memética. Em 1982, realizou uma grande contribuição à ciência da evolução com a teoria, apresentada em seu livro *O fenótipo estendido*. Desde então escreveu outros livros sobre evolução e apareceu em vários programas de televisão e rádio para falar de temas como biologia evolutiva, criacionismo, religião. Por sua intransigente defesa à teoria de Darwin, recebeu o apelido de “rottweiler de Darwin”, em alusão ao apelido de Thomas H. Huxley, que era chamado de “bulldog de Darwin (*Darwin's bulldog*). Recentemente está envolto em grande polêmica por conta das ideias contidas em sua obra *Deus, um delírio* (São Paulo: Cia das Letras, 2007), publicada em

“Deus, um guia para os perplexos” seria uma resposta a essa obra? Por quê?

Keith Ward - Meu livro foi publicado em 2002, muito antes de Richard Dawkins escrever o dele. Mas, se ele tivesse lido meu livro, talvez não tivesse escrito um livro tão tolo.

IHU On-Line - Como compreende o fundamentalismo ateu, que tem em Dawkins e Onfray² alguns de seus

2006 sob o título *The God delusion*. Confira o debate sobre diversas de suas ideias na edição 245 da IHU On-Line, de 26-11-2007, intitulada *O novo ateísmo em discussão*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1197028900.5pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

² Michel Onfray: filósofo francês, doutor em Filosofia, é autor do livro *Traité d'Athéologie* (Tratado de Ateologia. Paris: Grasset, 2005). Confira a entrevista exclusiva concedida por Onfray à edi-

maiores expoentes em nossos dias?

Keith Ward - O fundamentalismo ateu supõe que a ciência forneça toda a verdade existente a respeito do universo. Ele parodia as crenças religiosas e não quer dar ouvidos a argumentos baseados no raciocínio. É rejeitado pela maioria dos cientistas.

IHU On-Line - O que essa fúria anti-religiosa demonstra sobre a racionalidade contemporânea?

Keith Ward - Ela equipara a racionalidade à descoberta de provas científicas. O que se faz necessário é uma percepção mais forte da racionalida-

ção 245 da Revista IHU On-Line, de 26-11-2007, intitulada *As ficções religiosas existirão enquanto houver humanos* e disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=840. (Nota da IHU On-Line)

“A fé tem de ser razoável, e a razão exige uma fé básica na racionalidade do universo e na capacidade do pensamento humano de entendê-lo. Tanto a fé quanto a razão são necessárias”

de presente na arte, música, ética, história e filosofia. Nenhuma delas é uma questão de prova científica, mas todas elas podem ser racionais em maior ou menor grau.

IHU On-Line - Qual é a validade de usar argumentos que consideram a religião como manifestação de infantilidade ou projeção antropocêntrica para desqualificá-la?

Keith Ward - Um primeiro teste do discurso racional é ver se ele leva em consideração os mais fortes argumentos dos oponentes com que se defronta, e não os mais fracos. Dawkins não passa nesse teste.

IHU On-Line - Por que a ideia de Deus continua tão fundamental para os seres humanos?

Keith Ward - A maioria dos filósofos pensa que a base última da realidade é espiritual - não-física e de valor supremo. E milhões de pessoas fizeram a experiência de que isto é assim.

IHU On-Line - Qual é a grande ruptura que acontece entre o conceito de Deus no pensamento clássico greco-cristão em relação à modernidade?

Keith Ward - Não penso que haja uma ruptura. Mas as ideias modernas acentuam mais a história, a particularidade e o tempo - como a fé cristã comum com efeito faz.

IHU On-Line - Qual é a peculiaridade do conceito de Deus hegeliano, o Absoluto? Qual é a atualidade desse conceito?

Keith Ward - Falar de Deus como o Absoluto pode ajudar a superar a impressão errônea de que Deus seja uma pessoa “fora” do universo. Deus é, pelo contrário, a base espiritual do universo, e “em Deus vivemos, nos

movemos e existimos”, como diz São Paulo.

IHU On-Line - Retomando uma ideia de Wittgenstein,³ mencionando que sobre aquilo que não se pode falar, se deve calar, como compreender a experiência do divino na sociedade pós-metafísica, cada vez mais secularizada?

Keith Ward - Deus está de fato além de nossa compreensão plena, mas muitos físicos quânticos falam de uma possível consciência além do espaço-tempo - isto dá alguma ideia de Deus.

IHU On-Line - É preciso racionalizar Deus “entregando-lhe um compasso”, ou fé e razão podem ser conciliadas sem que uma adentre o território da outra?

Keith Ward - A fé tem de ser razoável, e a razão exige uma fé básica na racionalidade do universo e na capacidade do pensamento humano de entendê-lo. Tanto a fé quanto a razão são necessárias.

³ Ludwig Wittgenstein (1889-1951): filósofo austríaco, considerado um dos maiores do século XX, tendo contribuído com diversas inovações nos campos da lógica, filosofia da linguagem, epistemologia, dentre outros campos. A maior parte de seus escritos foi publicada postumamente, mas seu primeiro livro foi publicado em vida: *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921. Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas ideias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russell e Gottlob Frege. Quando o *Tractatus* foi publicado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). Confira na edição 308 da IHU On-Line, de 14-09-2009, a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1810. (Nota da IHU On-Line)

Sala Ignacio Ellacuría e companheiros.

**Inauguração em 10-12-2009, no IHU.
Informações em www.ihu.unisinos.br**

Entrevistas da Semana

A Psicologia da Libertação segundo Ignacio Martín-Baró

Para a psicóloga Cecília Santiago, falar dos mártires de El Salvador é necessário e atual, principalmente considerando as situações de opressão que ainda persistem na América Central

POR PATRÍCIA FACHIN | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Ignacio Martín-Baró, um dos seis jesuítas assassinados brutalmente pelo exército salvadorenho no dia 16 de novembro de 1989, em El Salvador, foi o precursor da psicologia da libertação. Defensor de uma psicologia que se dedicasse ao atendimento dos problemas das maiorias populares, ele argumentava que era preciso “fazer uma psicologia política que leve em conta o poder social na configuração do psiquismo humano e que, portanto, contribua para construir um novo poder histórico como requisito de uma nova identidade psicossocial das maiorias até hoje dominada”, disse Cecília Santiago, psicóloga de Chiapas, à IHU On-Line, na entrevista que segue, concedida, por e-mail.

Baró ficou conhecido na América Latina após divulgar o contexto social e político de El Salvador, mostrando a realidade sofredora do povo salvadorenho. Recordando o martírio, Cecília Santiago diz que, como psicóloga chiapaneca e centro-americana, acredita “que estas pessoas, que há vinte anos deram sua vida, nos falaram com tal clareza que a vigência de suas palavras nos alenta e nos orienta nesta época de injustiça e opressão”.

Na opinião de Cecília, o sofrimento ainda está presente na América Central e, por isso, a realidade centro-americana de pobreza extrema, de violência e morte “nos chama a participar no fortalecimento de uma trama social que busca a vida, a paz e a dignidade”. Ela informa que em Chiapas, o governo e empresários “assassinaram líderes comunitários e jovens integrantes de organizações camponesas e indígenas”. Aqueles que mantêm Honduras sob estado de sítio, acrescenta, “são os mesmos que mataram Martín-Baró, os que assessoram o exército salvadorenho e mataram centenas de milhares de pessoas, de jovens, de crianças”.

Em homenagem aos seis jesuítas e às duas mulheres que foram brutalmente assassinados em El Salvador, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU inaugura, na quinta-feira, 10-12-2009, a sala Ignacio Ellacuría e Companheiros. Na ocasião, será exibido o debate *Memory and its Strength: The martyrs of El Salvador (A memória e sua força: Os mártires de El Salvador)*, que ocorreu no Boston College, nos EUA, no dia 30 de novembro. Mediados pelo jesuíta e reitor emérito do Boston College, J. Donald Monan, Noam Chomsky e o jesuíta e teólogo Jon Sobrino discutem a importância dessa memória.

Cecília Santiago é professora de Psicologia na Universidad de La Tierra, no México. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como você descreve a participação de Ignacio Martín-Baró nas lutas sociais em El Salvador na década de 80?

Cecília Santiago - Na universidade, ele promoveu a desideologização de professores, alunos e da sociedade em geral. Como professor, promoveu a conscientização de seus alunos e a participação ativa em analisar e trans-

formar a realidade de seu país.

Como pesquisador, pôde situar o contexto em que se vivia no país, definindo os conteúdos de uma guerra na qual os perdedores eram a população civil. Localizou as consequências psicossociais na população, dando pistas para a atividade pastoral e de acompanhamento.

Como acadêmico, promoveu a cria-

ção de instâncias universitárias que mantiveram a vinculação direta com a cidadania, como o instituto de opinião pública, a partir do qual fazia pesquisas de opinião que permitiam dar a voz à população em geral e, simultaneamente, mediante estas perguntas, as pessoas podiam questionar a realidade em que viviam. Dando, assim, importância à participação da população ci-

vil em meio a um conflito.

Este papel ativo a partir da universidade lhe possibilitou abrir as fronteiras do país, ministrando conferências em diversos países, mostrando a realidade sofredora do povo salvadorenho, além de promover laços de solidariedade.

Como sacerdote, acompanhou sua Igreja, o povo mais pobre com uma cotidianidade em meio aos confrontos armados, massacres, perseguições e cárceres. Brindava espaços de reflexão à luz do Evangelho, análises da realidade para situar o papel dos atores políticos locais e internacionais, e promovia a motivação para viver, para a solidariedade e a compaixão entre irmãos.

IHU On-Line - Em que consiste a psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró? Quais são as fontes de inspiração e sua contribuição fundamental?

Cecília Santiago - Martín-Baró assinalou que a psicologia devia estar orientada para a libertação dos povos oprimidos. Falou de como libertar a psicologia de sua origem como ciência ao lado dos opressores e com base na cultura ocidental, como uma ciência que não contribui à humanização das pessoas, e sim a sua alienação. Citou os objetivos da psicologia social latino-americana: re-estabelecimento de toda a sua bagagem teórica e fortalecimento das opções populares. Delimita três tarefas libertadoras: o estudo sistemático das formas de consciência popular, o resgate e potenciação das virtudes populares e a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica.

Assim ele propõe que a psicologia devia descentrar sua atenção de si mesma, de seu status científico e social, para dedicar-se ao atendimento dos problemas das maiorias populares. Ter nova práxis psicológica para a transformação da sociedade latino-americana. Propôs, assim, ter um novo horizonte e uma nova epistemologia.

Foi um acadêmico em sentido estrito, que buscou tanto o trabalho teórico como uma práxis sólida. Falou com dedicação e firme compromisso

da atividade do psicólogo e do papel transcendente que desempenha entre contextos que laceram e humilham os pobres, para aprofundar-se no conceito psicossocial da libertação, consolidando uma psicologia popular e uma psicologia política.

IHU On-Line - Qual é, segundo Ignacio Martín-Baró, a função da psicologia da libertação ante a realidade da injustiça e da violência na América Latina e em El Salvador?

“Temos que perguntar-nos de que lado estão os psicólogos: do lado do opressor? Ou do oprimido? Aí está a opção ética que cada um deve fazer”

Cecília Santiago - 1. *A recuperação da memória histórica*, para haurir lições da própria experiência, encontrar as raízes da própria identidade para interpretar o presente e vislumbrar alternativas realmente úteis para a libertação;

2. *Desideologizar a experiência cotidiana*, para sair do fictício senso comum, enganoso e alienador, que é transferido pelos meios de comunicação de massa. Promover espaços para que o povo veja o que conseguiu, o que está fazendo e dê validade a seu próprio modo de entender o que se passa, fazendo-o para seu próprio bem;

3. *Trabalhar para potenciar as virtudes de nossos povos*. Tantos valores que estamos construindo para sobreviver à adversidade.

IHU On-Line - O que caracteriza a psicologia da libertação enquanto proposta crítica da psicologia social?

Cecília Santiago - Martín-Baró assinalou que a psicologia tinha que estar orientada para a libertação dos povos

oprimidos e não para o hedonismo científico.

IHU On-Line - Como se integra a ética e a política no fazer da psicologia social de Martín-Baró?

Cecília Santiago - Se você se refere à ética, temos que perguntar-nos de que lado estão os psicólogos: do lado do opressor? Ou do oprimido? Aí está a opção ética que cada um deve fazer. Também é preciso repetir a pergunta constantemente ao longo de toda a vida. E se perguntar quais são as consequências históricas concretas que essa atividade está produzindo.

Martín-Baró falou de fazer uma psicologia política que tome em conta o poder social na configuração do psiquismo humano e que, portanto, contribua para construir um novo poder histórico como requisito de uma nova identidade psicossocial das maiorias até hoje dominada.

IHU On-Line - 20 anos depois do martírio, quais são os reflexos da psicologia da libertação na América Central?

Cecília Santiago - A partir de Chiapas, posso dizer que a presença de Martín-Baró como sacerdote e amigo ainda está viva no meio do povo daquela que fora sua paróquia Jayaque. E suas análises de saúde mental em contexto de guerra recordam nas pessoas desmobilizadas de alguns departamentos, como Cabañas.

Suas contribuições foram e serão parte do povo porque dali vieram e sempre estarão presentes de uma ou outra forma, mais ou menos visível.

IHU On-Line - Qual a importância de recordar e celebrar a memória dos mártires? Como essas vítimas nos chamam à libertação?

Cecília Santiago - Como psicóloga chiapaneca, que também me sinto centro-americana, creio que estas pessoas, que há vinte anos deram sua vida, nos falaram com tal clareza que a vigência de suas palavras nos alenta e nos orienta nesta época de injustiça e opressão.

Eles nos trouxeram valentia e determinação. A convicção de que nossa voz e

“Eles nos chamam a não ter medo, a sentir sua presença que nos impele a buscar dentro das profundezas de nossa identidade ancestral caminhos iluminados para caminhar em meio às lutas de libertação”

nosso agir têm relevância. Por isso, falar deles e de nossa realidade atual é tão necessário como participar de movimentos amplos de transformação social. Os atores que mantêm Honduras sob estado de sítio após o golpe de Estado são os mesmos que mataram Martín-Baró, os que assessoraram o exército salvadorenho e mataram centenas de milhares de pessoas, de jovens, de crianças. Nossa realidade centro-americana de pobreza extrema, de violência e morte nos chama a participar no fortalecimento de uma trama social que busca a vida, a paz e a dignidade. Em Chiapas, nos últimos meses, o governo, empresários e sicários assassinaram líderes comunitários e jovens integrantes de organizações camponesas e indígenas, como Trinidad Martínez, Mariano Abarca, entre outros, são nossos mártires de hoje. E eles nos chamam a não ter medo, a sentir sua presença que nos impele a buscar, dentro das profundezas de nossa identidade ancestral, caminhos iluminados para caminhar em meio às lutas de libertação.

LEIA MAIS...

>> Para saber mais sobre Ignacio Martín-Baró, acesse o Memorial disponível na página do Instituto Humanitas Unisinos - IHU: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_content&task=view&id=330&Itemid=102

>> Confira detalhes sobre a inauguração da Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, que acontece nesta quinta-feira, dia 10 de dezembro, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_content&task=view&id=330&Itemid=102

“Os Sertões é uma obra matricial para pensarmos a cultura brasileira”

“De acordo com alguns intérpretes, Euclides da Cunha talvez tenha escrito *Os Sertões* de trás para frente”, conta o historiador Marçal Paredes

POR GRAZIELA WOLFART E GREYCE VARGAS

Doutor em História, Marçal de Menezes Paredes nos concedeu a entrevista a seguir sobre Euclides da Cunha, dando continuidade ao debate feito na revista IHU On-Line da semana passada. “O paradoxo de Euclides da Cunha reside justamente naquilo que ele consegue manifestar - através da utilização dos oximoros - apesar do que os pressupostos da ciência do século XIX permitiam ver. Ou seja, Euclides trabalha com a ambiguidade entre os conceitos do “sujeito” (da ciência, do ponto de vista abstrato) e as características de seu ‘objeto’”, escreveu ele na entrevista que nos concedeu por e-mail.

Marçal de Menezes Paredes é graduado em Ciências Sociais pela PUC-RS, onde também fez o mestrado em História. Na Universidade de Coimbra (Portugal), realizou o doutorado em História. Atualmente, é professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC-RS. É autor de *Um Sertão brasileiro: Tempo, História e Memória em Os Sertões de E. da Cunha* (Curitiba: Juruá, 2002). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que caracteriza a visão de Euclides da Cunha da identidade brasileira?

Marçal de Menezes Paredes - A interpretação que Euclides da Cunha¹ faz da Identidade Brasileira tornou-

se verdadeiramente um clássico e, como tal, sofreu (e sofre) múltiplas interpretações. Obviamente, a cada nova interpretação, novas características de sua obra são posta em evidência. Em minha opinião, em *Os Sertões*, Euclides funda uma compressão da Identidade brasileira a partir da oposição entre Litoral e Interior. Para ele, dois tipos de mestiços havia no país: o do litoral, que vivia sob uma “civilização de empréstimo” e, outro, do interior, que mesmo se afastando dos parâmetros tomados como certos pelo eurocentrismo científico do final do século XIX, apresentava o que mais faltava aos brasileiros do litoral: vínculo à terra. O sertanejo torna-se “antes

¹ Euclides da Cunha (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os Sertões* (1902), destaca-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *À margem da história* (1909), a conferência *Castro Alves e seu tempo* (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas *Canudos: diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975). Confira a edição 317 da revista IHU On-Line, de 30-11-2009, intitulada *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1259610538.5626pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

de tudo, um forte”, como diz Euclides, por estar harmonizado com o sertão, por defendê-lo na luta e não abandoná-lo na seca. Deste modo, além da oposição entre litoral e interior, Euclides também manifesta os problemas de interpretar o Brasil profundo a partir das lentes etnocêntricas do cientificismo de sua época. Euclides percebeu este problema, que de alguma forma, ainda é o nosso problema: fundar uma hermenêutica histórica da cultura brasileira.

IHU On-Line - Quais os principais pontos da releitura que o senhor faz da obra *Os Sertões*, sob o viés da formação das identidades nacionais?

Marçal de Menezes Paredes - De acordo com alguns intérpretes, Euclides talvez tenha escrito os *Sertões* de trás para frente. Explico. Na releitura que faço da obra, percebo grande eco dos escritos do seu Diário (publicado pela Cia das Letras, sob organização de Walnice Nogueira Galvão) na terceira parte do livro, *A Luta*. Por isso, acredito que a primeira parte e segunda - *A Terra e o Homem* - são ensaios que buscavam compreender - através dos parâmetros do Determinismo Geográfico e do Determinismo Biológico - “o fato” da Guerra de Canudos. Nestas partes, o autor se utiliza de grande manancial de conhecimentos que vão da Geologia e da Botânica à Etnologia e Sociologia. Na terceira parte, por sua vez, ainda está vibrando o jornalista (Euclides foi para o sertão como enviado especial do *Jornal A Província de S. Paulo*), mas este vem mesclado com o historiador da batalha. Como se vê, concordo com Guilhermino César² quando ele diz que *Os Sertões* é um “livro-estuário”, pois para lá correram águas de diversos rios (as diversas dis-

² Guilhermino César (1908-1993); escritor, jornalista, professor e historiador brasileiro. Aos 19 anos, em Cataguases, foi um dos fundadores da *Revista Verde*, de caráter modernista. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde tornou-se cronista e crítico literário do *Correio do Povo*. Foi chefe do gabinete do governo de Ernesto Dorneles, professor da UFRGS, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Secretário da Fazenda. Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Atuou na dramaturgia como diretor de algumas peças de teatro na década de 1940. Foi escolhido patrono da *Feira do Livro de Porto Alegre* em 1990. (Nota da IHU On-Line)

“Pela lógica de *Os Sertões*, o sertão é o cerne do interior do Brasil e o interior do Brasil é a essência da nação”

ciplinas) e o autor soube com maestria aglutinar esteticamente a contribuição de tão variados conhecimentos. É neste ponto que entra sua riqueza estilística e literária.

IHU On-Line - Em que sentido esta obra de Euclides da Cunha pode ser entendida como uma resposta à questão sobre quem é o brasileiro?

Marçal de Menezes Paredes - Em sentido total. Pela lógica de *Os Sertões*, o sertão é o cerne do interior do Brasil e o interior do Brasil é a essência da nação. O responsável pela tradução do livro para o alemão, o professor Bertold Zilly,³ explica isso muito bem. Quando Euclides fala do jagunço ele está falando, de alguma forma, de todos os habitantes do interior, dos lugares mais recônditos e inóspitos. Euclides traz ao de cima, à “consciência nacional” a importância de se pensar naquela “terra ignota” (aliás, título de um livro excelente de Luiz Costa Lima⁴, *Terra Ignota. A Construção de “Os Sertões”*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997). Aliás, este o sumo do discurso que Silvio Ro-

³ Bertold Zilly: professor e tradutor do Instituto Latinoamericano da Universidade Livre de Berlim. É formado em literatura alemã e neolatina. Fez doutorado sobre Molière na Universidade Livre de Berlim, onde leciona língua portuguesa e literatura latino-americana. É membro do grupo internacional de pesquisa em Literatura e História - Clíope. Tem vários artigos publicados em revistas e livros coletivos no Brasil e na Alemanha. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Luiz Costa Lima (1937): crítico literário, nasceu em São Luiz do Maranhão. Iniciou a carreira universitária em 1962, na Universidade de Pernambuco. Estudou na Espanha e nos Estados Unidos e doutorou-se em 1972 pela USP em Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Foi professor visitante na Ruhr-Universität, Alemanha. (Nota da IHU On-Line)

mero⁵ fez para recepcionar Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras: o ingresso nas letras e na consciência nacional da problemática do povo do interior brasileiro.

IHU On-Line - Onde reside o paradoxo de Euclides da Cunha em relação à questão da identidade nacional em *Os Sertões*?

Marçal de Menezes Paredes - O paradoxo de Euclides da Cunha reside justamente naquilo que ele consegue manifestar - através da utilização dos oximoros - apesar do que os pressupostos da ciência do século XIX permitiam ver. Ou seja, Euclides trabalha com a ambigüidade entre os conceitos do “sujeito” (da ciência, do ponto de vista abstrato) e as características de seu “objeto”. É fato que o brasileiro nunca se ajustou aos enquadramentos civilizacionais difundidos pela Europa. Mais evidente ainda é que sempre tivemos gerações de intelectuais e políticos tentando brincar de Dr. Jeckyl e Mr. Hyde, “saneando”, “civilizando”, “branqueando” a nação. Em suma, transformando o país num pseudo-laboratório sociológico, tentando mudar a cara do povão para que ela ficasse mais “nos conformes”, nos preceitos ditos corretos. Preceito difundidos por uma Ciência que se dizia “universal” mas que na verdade era profundamente “local” (uma espécie de regionalismo europeu), e, assim sendo, era severamente etnocêntrica. Euclides chega no limite dessa discussão: ele afirma que o sertanejo é “desgracioso, desengonçado e torto” mas também diz que ele representa a “rocha viva da nossa nacionalidade”. Daí a riqueza do oximoro “Hercules-Quasímodo”, que expõe esta tensão e não a “resolve”. E por quê? Por que ela deve ser solucionada, como se de uma equação se tratasse. Deve ser refletida. Pensada. E isso a leitura de *Os Sertões* propicia. Se pensarmos bem, quando Euclides fala que o sertanejo tem um misto de Herói Grego com o Corcunda de Notre-Dame ele está quase no ponto de reconhecer que não interessa esperar encontrar a Grécia Clássica (como faziam os par-

⁵ Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1814): poeta, escritor, crítico literário, filósofo e político brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

nasianos) quando se olha para o povo brasileiro; interessa, sim, reconhecer este povo, respeitá-lo e vinculá-lo a uma imagem positiva da nação. Embora este passo só será dado pelo elogio do Aleijadinho, feita pelo Modernismo (por Mário de Andrade, por exemplo) é importante deixar manifesto que Euclides da Cunha já aponta nesse sentido, embora de forma ainda tensional e ambígua.

IHU On-Line - Como aparecem na obra de Euclides da Cunha os conceitos de identidade, memória e tempo?

Marçal de Menezes Paredes - O conceito de identidade aparece de forma ambígua, como tentei demonstrar mencionando a importância dos oxímoros, sobretudo o Hércules-Quasímodo. Os conceitos de Memória e Tempo ficarão articulados e de alguma forma imbricam-se, embora sejam distintos. Como não podia deixar de ser, Euclides é um homem do seu tempo e é nesse sentido que se deve entender a famosa referência que ele faz sobre a “força motriz da história”. Esta idéia remete à uma percepção universalista, racionalista, teleológica e ontologizada do tempo histórico. Remete à tradição iluminista, à crença da época que dizia que a História tinha um “H” maiúsculo, tinha um rumo único, etapas de desenvolvimento bem estabelecidas e universais (as mesmas para todas as sociedades). Diz respeito, portanto, àquelas compreensões que o próprio Euclides tinha, antes viajar ao sertão, sobre a Guerra de Canudos. Dizia ele que Canudos era um movimento análogo à Revolta da Vendéia, movimento monárquico contrário à República proclamada na França em 1879. Euclides faz um paralelo entre os anti-republicanos franceses - *les chuan* - e os jagunços liderados pelo Conselheiro.⁶

⁶ Antônio Vicente Mendes Maciel, dito Antônio Conselheiro (1828-1897): chefe religioso brasileiro, que comandou a Guerra de Canudos, na Bahia. Exerceu várias profissões antes de se tornar beato e pregador. Depois de percorrer todo o interior nordestino, chegou a Itapicuru de Cima (BA), onde foi preso sob acusação de assassinato. Provando sua inocência, foi libertado e voltou a caminhar pelo sertão. Sua fama de milagreiro crescia sem encontrar oposição nos padres do interior, que viam nas suas pregações um elemento favorável ao renascimento da fé entre a população. Sua força se revelava principalmente em época de elei-

“A admiração dele pelo jagunço se alimenta do fato de ele enxergar no sertanejo aquilo que mais faltava aos brasileiros urbanos, do centro do país: amor à terra, apego ao seu quinhão de origem, bravura na luta, harmonia social”

Claro que esta aproximação é ilusória, mas ela revela a maneira como se pensava a República no Brasil e a própria História da Humanidade. Euclides acreditava que se a França teve que passar pela estágio de uma revolta anti-republicana também o Brasil teria de passar pela mesma experiência histórica. Esta idéia alimentou a construção ideológica do movimento de Canudos com sendo o principal obstáculo à evolução civilizacional brasileira, que na época era sinônimo de República. Passada a Guerra e depois de sua experiência no front de batalha, Euclides revê essa noção e faz, n’*Os Sertões*, um verdadeiro *mea culpa* republicano. O conceito de memória, por sua vez, se relaciona à produção da memória social deste conflito, onde Euclides

ção: os candidatos que apoiava sempre saíam vencedores. Com a queda da monarquia, manifestou-se em protesto profetizando que o fim do mundo seria em 1900. Retirou-se com os seus adeptos para Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Aí fundou uma “cidade santa”, comunidade baseada na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos, limitando-se a propriedade privada às casas e aos bens móveis. Em pouco tempo entrou em conflito com os grandes proprietários da região. A situação agravou-se, provocando a intervenção federal (1896-1897). Quatro expedições oficiais foram necessárias para derrotá-lo e a sua gente. O episódio de Canudos está contado no livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*. Morreu dois dias antes da derrota dos seus homens pelas tropas federais. (Nota da IHU On-Line)

tem papel importante, até porque seu livro se tornou uma referência obrigatória no assunto (embora não a única, nem naquele contexto).

IHU On-Line - Como Euclides da Cunha evidencia que as dualidades tradição/modernidade e objetividade/subjetividade não estão dissociadas na construção do discurso acerca da nacionalidade brasileira?

Marçal de Menezes Paredes - A relação entre tradição/modernidade e objetividade/subjetividade aparecem em dois planos: o individual e o coletivo. Ou seja, o do intelectual, do autor, e o do discurso sobre a Identidade Nacional. No primeiro, o individual, é fundamental perceber que Euclides muda seu posicionamento político em relação à Guerra de Canudos conforme ele vai se aproximando do local da Batalha, conforme ele vai conhecendo de perto o sertanejo e o sertão. Seu espanto pela força indômita do jagunço, pela beleza do sertão em época de chuvas, pela diferença radical entre aquelas paragens e o “centro” do país vai alterando gradualmente suas certezas tomadas de acordo com as teorias aprendidas desde os anos de formação militar. A subjetividade do homem Euclides, então, interfere profundamente na certeza do intelectual que era. Lá pelas tantas, no meio do caminho entre Salvador e Monte Santo, Euclides se ajoelha e reza junto com os sertanejos, num povoado simples, ao lado dos sertanejos, prenes daquela religiosidade simples e sincrética que lhe é própria. E lembre-se que Euclides era um republicano fervoroso, militar positivista e, obviamente, anticlerical. Mas a proximidade, a influência da ambiência social que ele experimentou indo para profundo Brasil fazem-no relativizar isso. E é aí, na minha opinião que começa a aparecer a força dos oxímoros que ele utiliza: Tróia de Taipa (Canudos), Hércules-Quasímodo (o sertanejo). No outro plano, o relativo à construção da identidade nacional, deve-se voltar ao oxímoro novamente, mas para observar a tensão entre a Ciência e sua proclamada “objetividade”. Como já disse, Euclides desnuda os limites dessa “objetividade” universal, e, portan-

to, do próprio conteúdo emancipatório da ciência, Quando ele afirma que a “campanha de Canudos foi um crime. Denuncie-mo-lo”, como o faz na Nota Preliminar do livro, ele está apontando para um problema epistemológico sério que só depois da Segunda Guerra Mundial o Ocidente começou a encarar. Afinal, o genocídio de Canudos foi feita em nome do Progresso Nacional, contra “rebeldes monárquicos” inventados, onde os liderados pelo Conselheiro tiveram apenas o papel de bucha de canhão, pois foram “construídos” na mídia da época, como os inimigos do país. Euclides faz um mea culpa republicano em seu livro.

IHU On-Line - Como a proximidade com o sertão modificou a compreensão de Euclides da Cunha do sertanejo e da nacionalidade brasileira?

Marçal de Menezes Paredes - A proximidade foi o grande motivo da mudança de opinião de Euclides da Cunha. Depois de ver que aquele jagunço era forte, honrado, bom de briga e, sobretudo, um tipo brasileiro que estava muito adaptado à região, Euclides modifica sua opinião sobre ele. Passa de uma condenação sumária a um elogio (embora às vezes ambíguo). O sertão fez com que a certeza dele sofresse um processo de descentramento radical e é esse descentramento que cauciona a relativização daquela anterior condenação do jagunço. De inimigo público número 1 ele passa a “rocha viva da nacionalidade”. Portanto, a viagem à Monte Santo foi importantíssima nesse processo.

IHU On-Line - Como entender a admiração de Euclides da Cunha pelo jagunço?

Marçal de Menezes Paredes - A admiração dele pelo jagunço se alimenta do fato de ele enxergar no sertanejo aquilo que mais faltava aos brasileiros urbanos, do centro do país: amor a terra, apego ao seu quinhão de origem, bravura na luta, harmonia social.

IHU On-Line - Pode explicar a forma como Euclides da Cunha focaliza a construção de discursos sobre a memória coletiva e qual é a sua relação com as identidades nacionais para recolocar a questão sobre quem é o

“Como pensar o Brasil com nossos critérios? Como olhar para nós mesmos despidos de preconceitos que fizeram parte da nossa própria formação? Este ainda é o nosso desafio e este também era o desafio de Euclides”

brasileiro?

Marçal de Menezes Paredes - A questão as identidades nacionais é bastante complexa e mereceria maior espaço para um adequado desenvolvimento. Contudo, quero destacar uma coisa: mesmo sendo um verdadeiro obcecado pela forma literária - ele mexeu e alterou incessantemente no estilo de todas as reedições que o livro teve enquanto esteve vivo - Euclides teve muito respeito com os cadernos de notas dos jagunços, que os soldados do exército coletaram depois da queda de Canudos. Notas escritas com erros gramaticais e ortográficos grandes, mas Euclides os transcreve na íntegra, deixando manifesto com a grafia dos jagunços as profecias de Antonio Conselheiro. Acho que isso dá um bom exemplo da honestidade intelectual do autor de *Os Sertões* e, em última análise, mostra um respeito grande pela memória coletiva dos sertanejos. No limite isso lembra um pedaço do Manifesto Pau Brasil, publicado 26 anos depois por Oswald de Andrade⁷: “A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”. Falar de memória coletiva e identidade

⁷ Oswald de Andrade (1890-1954): poeta, romancista e dramaturgo. Nasceu em São Paulo, e estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Sua poesia é precursora do movimento que marcou a cultura brasileira na década de 1960, o Concretismo. (Nota da IHU On-Line)

nacional, da definição sobre quem é o brasileiro pressupõe que aceitamos o artesanato lingüístico-popular que temos nas ruas, em cada esquina do Brasil. Euclides coleta isso lá no sertão. Depois dele, Guimarães Rosa⁸ reinventará isso e de maneira absolutamente brilhante.

IHU On-Line - Quais os principais dilemas que envolvem a formação histórica do Brasil e em que sentido Euclides da Cunha contribuiu para esse debate?

Marçal de Menezes Paredes - Em minha opinião, o principal dilema que temos, ainda hoje, para pensarmos a formação histórica da cultura brasileira diz respeito aos critérios a serem utilizados. Como pensar o Brasil como nossos critérios? Como olhar para nós mesmos despidos de preconceitos que fizeram parte da nossa própria formação? Este ainda é o nosso desafio e este também era o desafio de Euclides (e ele estava consciente disso, creio). Por isso, usa o oxímoro, como tentei atrás explicar. Sua contribuição é, portanto, fundamental. *Os Sertões* é uma obra matricial para pensarmos a cultura brasileira porque ela inaugura a percepção desta tensão epistemológica e cultural ao mesmo tempo.

⁸ João Guimarães Rosa (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras histórias* (1962), *Tutaméia* (1967). A edição 178 da IHU On-Line, de 02-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título *Sertão é do tamanho do mundo. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158345778.17pdf.pdf>. De 25 de abril a 25-05-2006 o IHU promoveu o Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande Sertão: Veredas. (Nota da IHU On-Line)

“Enquanto o Governo alimentar a indústria da doença o SUS será apenas uma grande ideia”

Segundo o fisioterapeuta Gil Lúcio Almeida, muitos médicos levam cinco minutos para definir um diagnóstico. Para ele, a atitude torna moralmente inaceitável que o Conselho Federal de Medicina queira reivindicar para os médicos a primazia de estabelecer diagnósticos

POR PATRÍCIA FACHIN

“**D**efendemos as virtudes que os médicos agregam à vida. Porém, o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados é bastante corporativista”. A opinião é do fisioterapeuta Gil Lúcio Almeida, docente da Unicamp, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, o maior problema do projeto de lei do ato médico é o fato de ele ser muito específico, “dando aos médicos o direito de exercer com exclusividade atos privativos ou compartilhados com outros profissionais”. Se a lei do ato médico for sancionada pelo presidente Lula, alerta o pesquisador, o Conselho Federal de Medicina - CFM “pode tentar usar a lei para subjugar os profissionais da saúde, impedindo que a população tenha o livre acesso a esses serviços. Isso vai aumentar ainda mais os custos com saúde”.

Gil Lúcio Almeida é doutor em Fisioterapia pela Iowa State University e Rush Medical Center. É professor do Programa de Biologia Funcional e Molecular do Instituto de Biologia da Unicamp desde 1995 e do Curso de Pós-graduação em Fisioterapia da Unaerp. Também é presidente eleito do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo - CREFITO-3. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o fundamento do ato médico?

Gil Lúcio Almeida - É um projeto de lei que pretende regulamentar os atos privativos dos médicos. Alega o Conselho Federal de Medicina que essa profissão é a única que ainda não foi regulamentada, impedindo uma fiscalização apropriada da profissão. Na verdade, a medicina é, há muito, reconhecida no Brasil. A prova maior é que o CFM exerce todas as prerrogativas de uma autarquia pública federal autorizada pelo Estado para fiscalizar o exercício dessa profissão. Inclusive, a própria Justiça do país já acolheu vários pedidos dos conselhos federais e regionais.

IHU On-Line - Quais são, na sua opinião, as implicações da aprovação do ato médico, tal

como ele foi proposto?

Gil Lúcio Almeida - Defendemos as virtudes que os médicos agregam à

vida. Porém, o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados é bastante corporativista. No Brasil é livre o exercício de qualquer profissão e cada um pode fazer o que quiser, a menos que a lei proíba explicitamente. As leis que criaram as 13 profissões da saúde são bastante genéricas a ponto de não cercar essas garantias individuais. Essas leis também não autorizam os Conselhos a usar o poder de polícia. O maior problema do projeto de lei do ato médico é que ele é muito específico, dando aos médicos o direito de exercer com exclusividade atos privativos ou compartilhados com outros profissionais. Da forma aprovada, o CFM pode tentar usar a lei para subjugar os profissionais da saúde, impedindo que a população tenha o livre acesso a esses serviços. Isso vai aumentar ainda mais os custos com saúde.

IHU On-Line - Em que medida profissionais de outras áreas da saúde

como fisioterapia, psicologia podem perder autonomia no processo de atuação, caso o projeto seja aprovado e sancionado pelo presidente Lula?

Gil Lúcio Almeida - As campanhas de vacinação são um sucesso. Com a aprovação do Projeto de Lei, a população vai ter que pegar uma receita médica para conseguir tomar uma vacina no músculo. Os fisioterapeutas não poderão fazer as costureiras próteses e órteses¹ externas e tampouco ajudar as pessoas a respirar melhor nas UTIs. A população teria que pedir autorização dos médicos para ser atendida por um psicólogo.

IHU On-Line - No que se refere ao

¹ Órteses: refere-se unicamente aos aparelhos ou dispositivos ortopédicos de uso provisório, destinados a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar a função das partes móveis do corpo. São exemplos de órteses as palmilhas ortopédicas, tutores, joelheiras, coletes, munhequeiras entre outros. (Nota da IHU On-Line)

acesso à saúde, que alterações a aprovação do ato médico pode provocar? A atividade médica pode perder a perspectiva da interdisciplinaridade?

Gil Lúcio Almeida - Como já colocado, o CFM, que possui um histórico corporativista, poderia tentar usar seu poder de polícia para tentar impedir que a população tenha livre acesso aos serviços dos profissionais de saúde. Isso porque a lei estabelece que o diagnóstico da doença e a prescrição terapêutica seria um ato privativo do médico. O Estado não pode aceitar que um profissional da saúde não saiba fazer o diagnóstico da doença que está tratando. O fato é que as doenças não possuem um diagnóstico único e cada profissional foca em um aspecto da doença. Os médicos precisariam de 50 anos de estudo para adquirir as habilidades e competências para fazer um diagnóstico multiprofissional. Infelizmente, os médicos gastam hoje apenas 5 minutos para fechar um diagnóstico, o que não dá tempo para sequer saber os dados pessoais do paciente. Logo, não me parece ético e moralmente aceitável que o CFM queira reivindicar para os médicos a primazia de fazer diagnóstico.

IHU On-Line - Na área da saúde coletiva foi superada a ideia de que a saúde se resume a um modelo médico-centrado. Nesse sentido, o ato médico é um contra-senso? Partindo desta perspectiva (saúde coletiva), é possível pensar em um cuidado integral caso o ato médico seja aprovado?

Gil Lúcio Almeida - O Estado realiza anualmente 1 bilhão de consultas médicas que geram meio bilhão de exames e um gasto bilionário com medicamentos. Apesar dessa grande cobertura, temos 50 milhões de portadores de doenças crônicas e ainda vivemos uma década a menos do que poderíamos. No Brasil o Ministério da Saúde está a serviço da indústria da doença. Para mudar essa realidade é preciso contratar e colocar as virtudes dos 3 milhões de profissionais a serviço da vida. Essa medida vai reduzir custos e melhorar a qualidade de vida da

população.

IHU On-Line - Em que medida o ato médico pode ser um obstáculo à saúde coletiva?

Gil Lúcio Almeida - Não existe saúde coletiva sem um diagnóstico e uma prescrição terapêutica feita por uma equipe multidisciplinar. O projeto de lei iria apenas espalhar o ódio onde hoje impera a paz e o respeito entre os profissionais da saúde.

IHU On-Line - Qual é a importância de discutir o ato médico tendo o SUS como pano de fundo?

Gil Lúcio Almeida - Enquanto o Governo alimentar a indústria da doença o Sistema Único de Saúde (SUS)² será apenas uma grande ideia, mas sem resolutividade. Contratar os profissionais da saúde e colocá-los para atuar em equipes multidisciplinares na família, nas escolas e na indústria e comércio é o caminho para implementar o SUS na sua plenitude.

LEIA MAIS...

>> *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, edição 260 da IHU On-Line, de 02-06-2008, disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1212435884.3956pdf.pdf>

>> *Saúde coletiva. Uma proposta integral e transdisciplinar de cuidado*, edição 233 da IHU On-Line, de 27-08-2007, disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1188245454.71pdf.pdf>

>> *O ato médico*, edição 188 da IHU On-Line, de 04-10-2004, disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265154.97pdf.pdf>

² **Sistema Único de Saúde (SUS)**: criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. Confira a edição 260 da Revista IHU On-Line, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1212435884.3956pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA E A ENTREVISTA DO DIA
NO ENDEREÇO WWW.IHU.UNISINOS.BR

Ato médico: na contramão da saúde coletiva

Na avaliação de Élide Azevedo Hennington, o conteúdo do ato médico aponta preocupações corporativas e não leva em consideração a realidade social

POR PATRÍCIA FACHIN

“**A**credito que o ato médico como apresentado hoje está na contramão de uma visão mais ampliada e integral de saúde e das formas de construção de projeto terapêuticos de maior alcance e efetividade”, diz a pesquisadora da Fiocruz, Élide Azevedo Hennington, em relação ao projeto de lei do ato médico aprovado pela Câmara dos Deputados. Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à IHU On-Line, a pesquisadora defende a regulamentação das profissões e argumenta que percebe “uma motivação legítima por parte da categoria médica de regulamentar a profissão, mas ao mesmo tempo o seu conteúdo aponta preocupações meramente corporativas, sem levar em consideração a realidade social e o desejo dos demais atores envolvidos com o tema saúde que é caro a todos nós”. Na opinião de Elida, uma medida que causa tamanha reação negativa como o projeto de lei do ato médico, “já demonstra o caráter controverso da proposta e a necessidade de um maior debate em torno dos pontos polêmicos”.

Élide Azevedo Hennington é graduada em Medicina pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestre e doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente é docente da Fundação Oswaldo Cruz, do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa clínica em doenças infecciosas do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec/Fiocruz). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as diferenças entre o projeto original, de 2002, e a atual proposta de regulamentação do ato méco?

Élide Azevedo Hennington - Pelo o que pude acompanhar, não são mais atividades privativas dos médicos “os diagnósticos psicológico, nutricional e socioambiental, e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial, perceptocognitiva e psicomotora” e também foi retirado “o estímulo cutâneo em tonificação ou sedação”, abrindo a possibilidade de outras profissões exercerem a acupuntura, por exemplo.

IHU On-Line - Quais são, na sua opinião, as implicações da aprovação do ato médico, tal como ele foi proposto? Esta proposta tem fundamento?

Élide Azevedo Hennington - A regulamentação de qualquer profissão é algo necessário e desejável e faz parte da história das profissões, organizando e regulando a sua forma de atuação na sociedade. No entan-

to, o estabelecimento de atos privados à determinada categoria profissional deve ser democraticamente debatido, de forma ampla e ouvindo além das corporações, o Estado e a própria sociedade civil. Uma medida regulatória que causa tamanha reação negativa por parte de praticamente 100% das outras profissões de saúde por si só já demonstra o caráter controverso da proposta e a necessidade de um maior debate em torno dos pontos polêmicos.

IHU On-Line - Quais são, para a senhora, as motivações que estão por trás do ato médico?

Élide Azevedo Hennington - Eu vejo uma motivação legítima por parte da categoria médica de regulamentar a profissão, mas ao mesmo tempo o seu conteúdo aponta preocupações meramente corporativas, sem levar em consideração a realidade social e o desejo dos demais atores envolvidos com o tema saúde que é caro a todos nós.

IHU On-Line - Em que sentido a proposta de lei do ato médico pode oferecer uma nova perspectiva para a medicina? Tal projeto pode suscitar, diferente da ideia inicial, um debate sobre a atualidade da profissão médica?

Élide Azevedo Hennington - Nesse sentido foi até bom que surgisse o debate em torno da profissão. Vai depender da sociedade e de seu jogo de forças e interesses refletir e se posicionar sobre qual medicina a sociedade brasileira deseja e qual o papel do médico no cenário da saúde, espero eu, em consonância com as demais profissões de saúde, a partir das necessidades de saúde da população e do bem comum.

IHU On-Line - A medicina precisa se atualizar no sentido de compreender que atuação na área da saúde não é uma prerrogativa apenas dos médicos?

Élide Azevedo Hennington - Certamente. Entendendo-se que saúde não é mercadoria e cabe a nós tra-

balhadores da saúde fundamentalmente a defesa da vida, não é aceitável que a medicina queira tornar privativo certas ações e procedimentos e limitar a atuação de outras profissões que estão aí no dia-a-dia prestando assistência, reconhecidos pela sociedade e contribuindo de maneira decisiva para a melhoria da saúde das pessoas. Basta observar a crescente busca por práticas complementares/alternativas de saúde. Já está mais do que provado que a medicina não consegue dar conta sozinha das necessidades de saúde da população e muitas vezes ela pode ser até mesmo prejudicial, iatrogênica. Sabemos também que não deve ser a lógica de mercado, incluindo o mercado de trabalho, a principal indutora de atos de regulamentação das profissões, pois isto leva a sérias distorções e contraria preceitos importantes como a imperiosa necessidade de uma abordagem de equipe multiprofissional e interdisciplinar para construir intervenções mais efetivas referentes ao processo saúde-doença. Além disso, não se pode desconsiderar o Sistema Único de Saúde, conquista histórica do povo brasileiro, cujas políticas estão alicerçadas numa atuação solidária e cooperativa visando o enfrentamento dos grandes desafios postos à saúde pública.

IHU On-Line - Em outra entrevista que concedeu à nossa revista, a senhora disse que na área da saúde coletiva foi superada a ideia de que a saúde se resume a um modelo médico-centrado. Nesse sentido, que alterações a aprovação do ato médico pode provocar na área da saúde coletiva? A atividade médica pode perder a perspectiva da interdisciplinariedade?

Élida Azevedo Hennington - Eu creio que o ato médico acaba reforçando uma prática ainda comum nos serviços de pautar a atenção à saúde tomando o modelo da biomedicina, médico-centrado e hospitalocêntrico. Ainda que se observem avanços importantes nesse campo, como a ampliação da rede básica, a imple-

“A saúde está para além do diagnóstico e da prescrição”

mentação da estratégia de saúde da família e da política de humanização, ainda estamos longe, penso eu, de superar esse modelo e implementar ações e práticas de saúde assentadas numa concepção de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, numa perspectiva de horizontalidade, em que as várias profissões possam contribuir igualmente e de maneira de conjugar e integrar os diversos conhecimentos na construção de um projeto terapêutico comum, construído em conjunto e para determinado sujeito, em prol da saúde do usuário. A saúde está para além do diagnóstico e da prescrição.

IHU On-Line - Qual é a importância de discutir o ato médico tendo o SUS como pano de fundo?

Élida Azevedo Hennington - Acredito que o ato médico como apresentado hoje está na contramão de uma visão mais ampliada e integral de saúde e das formas de construção de projeto terapêuticos de maior alcance e efetividade. Não há como pensar o SUS sem a participação dos diferentes atores - gestores, trabalhadores, usuários - e das diferentes profissões contribuindo com sua expertise, solidariamente e respeitando-se as competências e especificidades de cada uma, mas visando, sobretudo enfrentar os desafios da atenção à saúde da forma competente do ponto de vista técnico-científico, mas também assumindo uma postura ético-política de oferecer atenção humanizada e digna.

IHU On-Line - Podemos dizer que este debate em torno do ato médico reflete em alguma medida uma discussão entre uma medicina oficial e uma nova medicina?

Élida Azevedo Hennington - Eu diria que essa nova medicina já não é nem tão nova assim - na verdade, penso

que existe esse movimento constante e histórico de resgate dos preceitos éticos e de compromisso inalienável com a saúde das pessoas, compromisso que vem desde Hipócrates e que muitas vezes quase se perde em meio ao modo de funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa que coloca a saúde e a medicina em constante tensionamento com a lógica de mercado.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algo que considera importante?

Élida Azevedo Hennington - Mais uma vez ressaltar que as discussões e demandas de cunho corporativo sempre existiram e existirão e não são um mal em si, servindo até para sacudir a sociedade e propiciar a discussão de temas controversos e relevantes e que afetam a vida de todos nós. Assim como a medicina, as outras corporações também buscam defender seus desejos e interesses, lutando em determinados momentos por ampliação e/ou reserva de mercado. O que não se deve admitir é que esses desejos e interesses se sobreponham às necessidades da população. Por isso, é importante entender e aprofundar o debate para que os diferentes atores exponham e discutam abertamente os pontos críticos, as divergências junto com o Estado e a sociedade civil para que juntos consigam superar os conflitos e construir consensos, que ainda que provisórios, tenham sempre como base o bem comum.

LEIA MAIS...

>> A IHU On-Line produziu uma edição especial sobre o ato médico, em 4-10-2004. A edição número 118 está disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265154.97word.doc>.

Nesta edição Élida Azevedo Hennington concedeu a entrevista *Ato médico: para que e para quem?* >> *Germinal e o mundo do trabalho*. Entrevista especial com Élida Azevedo Hennington, publicada nas *Notícias do Dia* 19-09-2006, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=156



Espanha: Mídia e responsabilidade social

Referir-se à responsabilidade social (RS) dos meios de comunicação implica em avaliar o papel que estes cumprem no seio das economias de mercado no que diz respeito a questões tão delicadas como a educação, a saúde, o desenvolvimento sustentável ou o meio ambiente.

POR LUIS A. ALBORNOZ*

O Laboratório da Fundação Alternativas (Espanha) acaba de publicar o relatório *La responsabilidad social corporativa ante la crisis. Informe 2009* (ver: www.falternativas.org). Coordenado por profissionais da empresa de consultoria Global Sustainability Services de KPMG, este trabalho examina as responsabilidades sociais (RS) das empresas espanholas num contexto específico de aguda crise econômica: queda do PIB, recessão econômica e aumento da taxa de desemprego.

Uma parte deste novo trabalho está dedicada à análise de alguns setores-chave para a economia espanhola: o turístico, o transporte aéreo, as pequenas e médias empresas e os meios de comunicação. No caso deste último, o relatório destaca as importantes transformações pelas quais está passando: perda de mais de 3.000 postos de trabalho entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro de 2009, reconfiguração dos gran-

des grupos empresariais, reconversão tecnológica e consolidação da rede Internet, entre outros aspectos importantes.

Devido ao valor estratégico dos meios de comunicação frente à opinião pública (formulação e difusão de padrões, modelos e estereótipos), o informe argumenta que “as companhias do setor deveriam contemplar os mais altos níveis de transparência e ir além do simples cumprimento da legislação e regulações aplicáveis, adotando avançados códigos de comportamento que levem em consideração sua importante função de serviço à sociedade e a influência positiva ou negativa que possam exercer sobre diversos grupos de interesse”.

Além do papel de incidência dos meios de comunicação, não se pode deixar de mencionar certas obrigações como transparência, veracidade e imparcialidade que as empresas têm para com os seus trabalhadores, audi-

* Doutor em Ciências da Comunicação. Professor da Universidade Carlos III de Madri, presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC) e coordenador do Observatório de Cultura e Comunicação da Fundação Alternativas (www.falternativas.org/occ-fa). Integrante do CEPOS.

ências, organizações sociais, alianças institucionais e empresariais, anunciantes, sócios tecnológicos e para com a sociedade. É evidente que, ao existir uma RS neste terreno, os membros das audiências não podem ser considerados como meros consumidores ou clientes.

Neste sentido, o relatório assinala três desafios principais que as empresas de comunicação devem afrontar:

1. Exibir um comportamento ético: neste sentido, é relevante a independência produtiva sem a influência dos proprietários da mídia ou dos aspectos comerciais, como o ganho ou a perda de publicidade". As empresas devem ser "excepcionalmente transparentes em matéria de contabilidade, auditorias, políticas editoriais e tipos de financiamento que possam influir nos conteúdos publicados, incluindo anunciantes e subvenções recebidas, entre outros".

2. Contribuir para o desenvolvimento social: um aporte que deve estar sustentado no princípio da veracidade, já que "uma cobertura infor-

“Num presente turbulento, os cidadãos olham com desconfiança as instituições empresariais em geral, e os meios de comunicação em particular”

mativa honesta e precisa desempenha um papel vital na hora de limitar os possíveis abusos econômicos, sociais e ambientais que possam ser cometidos”.

3. Fomentar o desenvolvimento ambiental: mediante a elaboração e circulação de conteúdos que tendam

a promover a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente, e o próprio comportamento dos agentes empresariais na sua gestão responsável de recursos (energia, água e resíduos).

Além desses louváveis desafios, o estudo dos comportamentos das empresas de comunicação em contextos específicos, tanto na Espanha como em outros países, assinala que o conjunto de princípios que dão vida à doutrina corporativa da RSC é, na melhor das hipóteses, um ingrediente de um cenário utópico ou, na pior, simplesmente uma maquiagem empresarial dos tempos de crise em que estamos vivendo.

Num presente turbulento, os cidadãos olham com desconfiança as instituições empresariais em geral, e os meios de comunicação em particular, setor este que é um dos últimos a se interessar pela RSC. Com ou sem esta, por quanto tempo os gestores de comunicação continuarão fugindo as suas responsabilidades sociais?

Mídia e boas ações: para compreender melhor

O relatório 2009 de responsabilidade social corporativa na Espanha resenha três exemplos de “boas práticas” no terreno das empresas de comunicação: a Aliança de comunicações para o desenvolvimento sustentável (Com+ Alliance), a Televisão para a educação Ásia-Pacífico (TVEAP) e o plano “Neutros em carbono” do Grupo britânico Sky Broadcasting.

A Com+ Alliance (www.com-plusalliance.org) é o resultado da

associação de organizações internacionais (BBC World Service Trust, Fundação Reuters, Fundação Thompson e TVEAP; por exemplo) e de profissionais comprometidos em empregar as comunicações para promover a visão de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável em escala mundial.

A TVEAP (www.tveap.org) é uma organização independente e sem fins lucrativos que dedica os seus esforços a comunicar através de meios

audiovisuais (televisão, cine e Internet) problemáticas relacionadas com questões humanitárias e com o desenvolvimento sustentável nos países da região Ásia-Pacífico.

Finalmente, o Grupo British Sky Broadcasting (www.sky.com) está trabalhando para reduzir as emissões de CO₂. Para isso, pôs em prática um plano de fornecimento de energia para suas instalações e um programa de compensação de emissões.

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 01-12-2009 a 04-12-2009.

As perspectivas do mercado de carbono

Entrevista com Flávio Gazani

Confira nas Notícias do Dia de 01-12-2009

O advogado especialista em Direito Ambiental, Flávio Gazani, fala sobre as movimentações e perspectivas do mercado de carbono, e quanto às expectativas para a Conferência do Clima em Copenhague, bem como a “moda” da sustentabilidade entre as empresas.

Dorothy Stang. Um crime ainda impune

Entrevista Kátia Webster

Confira nas Notícias do Dia de 02-12-2009

“O principal legado que a Dorothy deixou foi a forma como ela viveu, ou seja, tratando a terra como se fosse sua mãe”, revela a irmã Kátia. Ela relembra momentos da vida da irmã Dorothy Stang, com quem trabalhou durante 11 anos, no Pará, lutando pelos pobres que não têm terra e são oprimidos pelos madeireiros e fazendeiros da região.

“Até hoje não existe uma clara ideia do que é tecnologia limpa”

Entrevista com José Marengo

Confira nas Notícias do Dia de 03-12-2009

Para o físico José Marengo, países ricos, pobres e em desenvolvimento devem ter metas diferenciadas em relação às emissões de gases de efeito estufa. Embora diferenciadas, as metas devem ser obrigatórias. Marengo falou sobre as metas de redução de emissão de gases dos EUA, China e Brasil.

Confecom. As propostas do governo e a democratização da comunicação

Entrevista com Jonas Valente

Confira nas Notícias do Dia de 04-12-2009

Jonas Valente, do Intervozes, fala sobre as propostas que o governo pretende discutir na Conferência Nacional de Comunicação, assim como os eixos centrais que devem fazer parte dos debates do evento. Precisamos modernizar a nossa legislação, disse o jornalista. O evento é fruto da luta dos movimentos que defendem a democratização da comunicação.

**Leia as Notícias do Dia em
www.ihu.unisinos.br**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

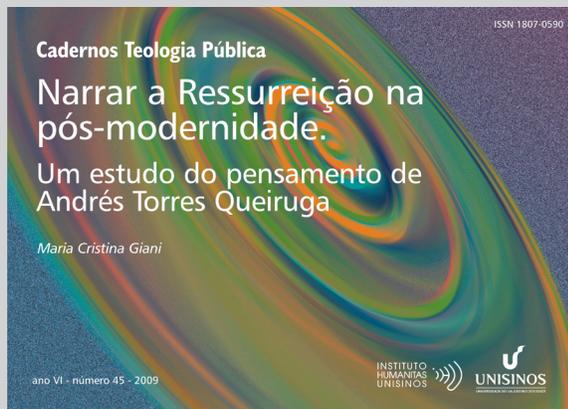
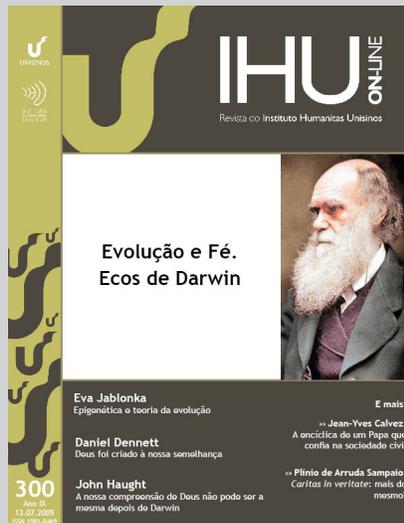
IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

IHU Repórter

Adevanir Aparecida Pinheiro

POR PATRICIA FACHIN | FOTO ARQUIVO PESSOAL

A infância difícil, vivida no norte do Paraná e em São Paulo, despertou em Adevanir Aparecida Pinheiro, conhecida, na Unisinos, como Deva, a vontade de trabalhar com movimentos sociais e lutar por direitos igualitários. Militante, ela sempre foi engajada nas pastorais sociais, como grupo de mulheres, famílias negras, meninos de rua e, hoje, na universidade, segue trabalhando na organização dos trabalhos com o GDIREC, sob a assessoria geral do Pe. José Ivo Follmann e coordenação do Irmão Inácio Spohr. Deva coordena também projetos afrodescendentes no sentido de contribuir com a implementação da Lei 10639/2003 e possibilitar melhor acesso para a população negra na Universidade. Na entrevista que segue, a assistente social conta alguns aspectos de sua trajetória, fala do racismo existente na academia, e do sonho de ver negros, brancos e índios comungando e tratando a reeducação das relações étnico-raciais como ponto de partida para uma sociedade justa. Confira a seguir.

Origens - Sou natural do Paraná. Minha família é mineira, mas mudou para o norte do Paraná no final da história do “Café com Leite”, após serem dispensados da fazenda dos Majós (antigos fazendeiros) em Minas Gerais e com o objetivo de superar a situação de pobreza. Nesta região, meus pais, pequenos agricultores, trabalhavam com plantação de café, arroz e milho. Nós somos sete irmãos, um é de criação. Todos estudaram; eles concluíram o segundo grau e optaram pelo casamento, e eu decidi continuar meus estudos. Trabalhei por um período na roça, ajudando minha família, e, depois, fui morar em São Paulo com meus tios e trabalhar de empregada doméstica, com 11 anos. Eu pulava o muro da casa da madame à noite, na Av. Rebouças, esquina com a Faria Lima, em São Paulo, para estudar; com 14 anos, ia para a escola escondida, acompanhada da minha amiga Nara. A madame não queria que eu estudasse porque tinha de acordar cedo para trabalhar.

Trabalho com movimentos sociais - Depois de ficar um período em São Paulo,

retornei ao Paraná e trabalhei mais um tempo na roça e também de empregada doméstica. De lá, fui para Santa Catarina onde morei por um tempo numa casa de formação religiosa e fui trabalhar no Parque Dom Bosco, em Itajaí, com crianças e adolescentes do Morro da Cruz. A partir daí, passei a trabalhar nos Direitos Humanos de Itajaí, com grupo de mulheres na delegacia da mulher e trabalhei no presídio central do município com as famílias dos presos e organizei o primeiro movimento negro na cidade. Em 1991, mudei para São Leopoldo, onde já havia também organizado a primeira pastoral negra na Paróquia José Beato de Anchieta com assessoria do Pe. José Ivo Follmann, Pe. Levino Camilo e depois com o Pe. Luiz Haas e o Pe. Constâncio. A Pastoral negra se tornou, mais tarde, o Grupo Zumbi dos Palmares, o que hoje é a DIMPPIR. Esse trabalho teve seu início com os jesuítas na Paróquia José de Anchieta, na Vila Duque de Caxias. Assim, iniciei minha trajetória nos movimentos sociais: atuei no Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-Terra*, na Fazenda Santa Rita, em Canoas, acompanhei as



Romarias da Terra na fazenda Annoni, no RS. Meu pai tinha vergonha do meu envolvimento com os Sem-Terra. Ele dizia: “Por que você tem que morar com os Sem-Terra? Você tem um pedaço de terra, não precisa acompanhá-los”. Mais tarde, ele acabou gostando da Romaria da Terra lá no Paraná e entendeu o meu trabalho. Até hoje acompanha a luta dos movimentos sociais que apoiam os negros, os Sem Terra e os bóias-frias.

Movimento afrodescendente - De 1990 até 1998, trabalhei na Pastoral do Menor, com meninos de rua. Depois, fui promovida para trabalhar na Universidade. Já em 1994, ingressei na Unisinos como bolsista do padre José Ivo Follmann. Concluí a graduação em Serviço Social, e especializei-me em famílias de raízes africanas do norte do Paraná. Meu orientador foi o Pe. Hilário Dick. Nesse trabalho, coletei depoimentos dos meus pais e aprofundei minhas raízes. Foi uma experiência muito legal, aguçou ainda mais minha identidade negra. Fiz o mestrado em Ciências Sociais, analisando as práticas sociais religiosas e a emancipa-

ção dos sujeitos aqui na Unisinos.

Em 1999, fui contratada para organizar o programa das religiões, e, enquanto esse trabalho foi sendo construído, fui também organizando o primeiro grupo de estudantes afrodescendentes na universidade: O ECAU - Estudante Afro da Unisinos. Esse grupo durou alguns anos e não teve mais como continuar. Depois, nesse processo, fui elaborando projetos de Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente, ao perceber que a população negra não tinha acesso à universidade. Há seis anos, todas as sextas-feiras, encontramos-nos com essas famílias, jovens e adolescentes das vilas, dos bairros, ou seja, da comunidade.

Durante dois anos, fiquei observando as crianças negras que participavam da Informática, de modo geral, e as crianças do PEI na universidade. Percebia que elas não conseguiam chegar perto do computador. Quando queriam se aproximar da máquina, outra criança pegava o lugar delas. Essa atitude deixava as crianças negras inibidas e dificultava a interação delas com a tecnologia. A partir dessa realidade, elaborei um projeto de inclusão Digital Afrodescendente na Unisinos para criar possibilidade de acesso. Para nossa surpresa, hoje não damos conta dos negros, adultos, crianças, jovens e adolescentes que participam e já conseguiram avançar neste aprendizado, inclusive com outra autoestima, com outra visão da universidade. Hoje eles realmente gostam de vir para a Unisinos e falam disso com alegria, com pertencimento, além de estarem preparados para o mercado de trabalho. Eles fazem seus currículos e aprendem, através da metodologia diferenciada, sobre sua história, identidade e sobre as celebridades negras, quilombos, ou seja, não ensinamos apenas a informatização tecnológica, vamos além, buscando resgatar essa história e origem da população negra, que ficou muito apagada e esquecida no território leopoldense.

Em 2003, foi alterada a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”, e das outras providências. Foram alterados os artigos 26-A, 79-A e 79-B. Com isso, foi instituída a Lei 10.639/2003,

criando as condições de acesso para a população negra na educação, no Brasil. Nesse momento, percebi que estávamos no caminho certo, porque iniciamos nossos trabalhos antes mesmo da promulgação da assinatura e aprovação da Lei, ou seja, não inventamos trabalho nenhum na Universidade com a população negra, nós só adiantamos o processo de inclusão e de obrigatoriedade da Lei. Acho um absurdo ter de incluir os negros e os indígenas através de obrigatoriedade de Lei. Mas se não se inclui por vias normais, porque não se enxerga o diferente, a Lei é necessária.

Preconceito no Rio Grande do Sul - Quando cheguei ao estado, percebi que, no Rio Grande do Sul, havia uma exclusão e uma cegueira muito séria em relação ao negro. Nesta região, os brancos não enxergavam os negros. Com o tempo, compreendi que, em partes, isso ocorre devido à colonização alemã nesse território. Os brancos empobrecidos e os indígenas também não são vistos. Nesse sentido, o nosso trabalho de militância acadêmica representa também um desafio para muitas pessoas na universidade. Porque, até então, a história verdadeira não foi contada nem para os brancos e muito menos para a população negra. Com a Lei 10.639, todos os saberes devem ser valorizados. A mudança de paradigma mexe também com as questões científicas e com as teorias, ou seja, com o modo de pensar da academia, que sempre viveu num conforto em termos de transdisciplinaridade. Há outros saberes que a própria ciência deixou para trás, e agora isso deve ser resgatado. As tradições orais, as culturas africanas vêm da oralidade, e nada se debateu sobre isso na academia. Também não se discute a história dos povos indígenas nesta região.

Muitas histórias ficaram esquecidas, mas, na minha região de origem, as histórias são contadas e lembradas com muito orgulho. Existe uma creche chamada Dona Nina, em homenagem a uma parteira da cidade que fazia parto de todas as mulheres. Ela é minha avó. Na minha família, sempre partimos do princípio de tratar as pessoas como seres humanos diferentes na cor, na origem, mas iguais nos direitos, na humanidade e na educação!

Doutorado - Quando fui contatada para iniciar o doutorado, apresentei meu tema e o assunto que gostaria de pesquisar. Estou desenvolvendo a pesquisa sobre a temática da branquitude e da negritude em três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A pesquisa centra-se em torno da Lei 10.639/2003 e como se dá essa inclusão dos diferentes, principalmente, no contexto acadêmico. Já estou em fase final e tranquila diante desse trabalho de pesquisa. É um desafio para qualquer pesquisador, e isso é bom.

Universidade e o movimento afrodescendente - Estou muito feliz porque a “universidade” e, em especial os jesuítas, abraçaram a implementação da Lei de inclusão dos afrodescendentes. Padre José Ivo é o protagonista do trabalho afro em São Leopoldo, e foi reconhecido pela população negra leopoldense por isso. O MEC já tem clareza de que a Unisinos está assumindo um trabalho de reeducação das relações étnico-raciais, que envolve a implementação da Lei nos currículos e nos diversos cursos da academia. Na semana passada, aconteceu o III Fórum de Implementação da Lei dentro da universidade. O MEC sempre apoiou essas iniciativas em universidades federais, estaduais, mas aceitou que o encontro acontecesse na Unisinos, que é confessional e privada, devido aos trabalhos que foram iniciados aqui antes da Lei. Hoje, estamos ligados à *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade* - Secad-Brasília, e a Unisinos tem espaço na comissão estadual do fórum de educação das relações étnico-raciais. Esse é um trabalho também de militância e, às vezes, para muitos intelectuais, a militância é questionada. Mas os autores que sigo dizem que a militância acadêmica também é científica. Sigó a metodologia de Paulo Freire¹ e Flores-

1 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). Confira a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogo da esperança*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1181737027.4pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

tan Fernandes. Depois que li Florestan Fernandes, descobri que ele renovou e questionou a sociologia; ele era branco, dedicou-se ao estudo do negro no Brasil e perguntava qual era a chance que os negros teriam no futuro para participar da sociedade moderna colonizada.

Vida pessoal - Sou solteira. Decidi estudar e desenvolver trabalhos sociais e raciais. Sou, acima de tudo, uma Assistente Social. Moro em São Leopoldo e, com frequência, meus pais vêm me visitar e ficar comigo. Meus vizinhos me adotaram e meus irmãos também tomam conta de mim. Acho desafiador morar aqui em função do racismo, o qual é muito forte. Hoje entendo porque os negros da região não participam das atividades. A postura e os olhares dos brancos no Rio Grande do Sul são muito fortes. Mas entendo que eles foram enganados com histórias mal contadas. Quando eles se dão conta da discriminação, nós ainda precisamos pedir desculpas, dizer que está tudo bem, pois eles ficam envergonhados porque, às vezes, não se dão conta do racismo internalizado. Já me perguntaram qual é a situação mais difícil para enfrentar na Unisinos, e eu disse que não gostaria de falar de dificuldades, e sim de coragem: precisa ter muita coragem para enfrentar o preconceito e as discriminações. No Rio Grande do Sul, nunca existiram denúncias claras sobre isso. Em Santa Catarina, essa questão é mais avançada, e, no norte do Paraná, o racismo é bem menor. Na Unisinos, existem poucos profissionais negros que residem em São Leopoldo, a maioria mora em outras cidades, e isso já é um sinal de interrogação. A maior parte da população negra sempre esteve na área de trabalho menos valorizado; poucos em cargos mais elevados. Isso começou a mudar. Não sei qual é a estatística de negros na universidade. Muitos negros ainda carregam a identidade de branco, não reconhecem

sua história, sua origem, e isso também acaba ocultando essa estatística.

Racismo - Para superar o racismo, os brancos precisam assumir os seus problemas. Se eles assumirem com categoria o racismo e se envolverem no trabalho com os negros, sem querer ganhar em cima ou ter lucro, a coisa mudaria com mais tranquilidade. O mais problemático é a indiferença, e isso cega os seres humanos. Enquanto os brancos não reconhecerem e assumirem esse aspecto discriminatório baseado na cor da pele e a dominação sobre o sujeito negro e indígena não terá muito como apressar a Lei. As situações são profundamente veladas no cotidiano e não se tem como provar nada. Isso acaba voltando a velha e ultrapassada ideia de uma cordialidade falsificada ou da tal democracia que são todos iguais. É um processo que ainda vai longe e teremos de ter muita paciência e coragem para enfrentar. O aspecto positivo é que agora os brancos também devem se perceber e entrar nessa reeducação das relações étnico-raciais, sem jogar o problema só para os negros. Eles também guardam muitas internalizações históricas de superioridades, das quais não são culpados. De qualquer modo, não dá para continuar se ausentando disso.

Sonhos - Meu sonho é que brancos e negros comam no mesmo prato. Que brancos possam se libertar deste racismo e dessa domesticação e consigam comungar com a cultura brasileira negra que ajudou a enriquecer o país. E que brancos, negros, índios possam comungar essas diferenças tratando a reeducação como ponto de partida para uma sociedade justa, sem opressores e oprimidos, sem superiores e inferiores, mas todos por uma reeducação teórica, científica e também mais humanizada. Sem a violência simbólica do cotidiano.

Religião - Sou católica. Hoje trabalho com o diálogo inter-religioso e aprendi a preservar muito mais a minha identidade. Respeito e participo de celebrações inter-religiosas com afros, anglicanos, espíritas, luteranos, e tenho consideração por todas as religiões porque elas têm uma ética e respeito com as diferenças e também com o evangelho, as divindades e outras formas espirituais. Meu santo protetor é São Sebastião, um jovem romano que lutou pelos cristãos empobrecidos em Milão. O imperador romano Diocleciano queria que ele negasse a sua vida de cristão e ele preferiu obedecer a Deus.

Lazer - Gosto de dançar, ir ao cinema e viajar para casa dos meus pais e amigos.

IHU - Sempre gostei muito do IHU e vejo que, hoje, ele está mais aberto e tem uma amplitude muito grande na universidade. O IHU é um ponto de produção importantíssima e sabe acolher todos os saberes. Com a chegada concreta dos saberes das tradições orais como a africanidade e os saberes indígenas, penso que o IHU vai ser um grande divulgador desses novos saberes menos academizados.

Unisinos - Sou assistente social por opção, e tenho a missão de atuar também na ideia de uma universidade humana, justa e que possa reconhecer e valorizar os diferentes saberes acadêmicos. A Unisinos poderá ser o pólo da reeducação das relações étnico-raciais, onde índios, negros e brancos vão poder mostrar que seres humanos são humanos acima de tudo. A Unisinos tem essa missão de formação e a promoção da pessoa humana, nisso eu sempre acreditei. A Unisinos, por meio de sua missão, pode trilhar um caminho paradigmático sem perder a sua sustentabilidade e empreendedorismo e sem perder o seu equilíbrio de justiça e valorização científica e também a diversidade humana e racial.

Destaques



Amando López, SJ



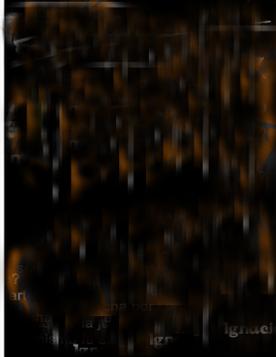
Ignacio Ellacuría, SJ



Juan Ramón Moreno, SJ



Joaquín López, SJ



Ignacio Martín-Baró, SJ



Segundo Montes, SJ



Celina Mariest Ramos



Elba Julia Ramos

20 anos de memórias. Os mártires de El Salvador

Há vinte anos, a sociedade salvadorenha e o mundo conheceram os mártires de El Salvador. No dia 16 de novembro de 1989, seis padres jesuítas e duas mulheres foram assassinados brutalmente por paramilitares do Exército salvadorenho. Ignacio Ellacuría, reitor da Universidade Centro Americana José Simeón Cañas (UCA); Ignacio Martín-Baró, vice-reitor; Segundo Montes, diretor do Instituto de Direitos Humanos da UCA; Juan Ramón Moreno, diretor da biblioteca de teologia; Amando López, professor de teologia; Joaquín López y López, fundador da universidade; a funcionária Elba Ramos e sua filha Celina morreram fuzilados.

IHU inaugura Sala Ignacio Ellacuría e companheiros

Para celebrar a memória dos mártires de El Salvador, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU exibe nesta quinta-feira, 10 de dezembro, às 17h, o debate *“Memory and it Strength: The martyrs of El Salvador”* (A memória e sua força: Os mártires de El Salvador), que ocorreu no Boston College, nos EUA, em 30 de novembro. Mediado pelo jesuíta e reitor emérito do Boston College, J. Donald Monan, o debate entre Noam Chomsky e o jesuíta e teólogo Jon Sobrino irá discutir a importância de manter vivos os ensinamentos e o martírio dessas pessoas. A exibição no IHU ocorre em 10 de dezembro, dia Internacional dos Direitos Humanos, em um evento que marca a inauguração da Sala Ignacio Ellacuría e companheiros, no IHU. Anteriormente, a sala era chamada de 1G119. Nela acontecem os principais eventos do IHU.

Apoio:

